



## **31ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONFEMA**

09 de setembro de 2008 – 9 horas

### **PAUTA**

#### **Expediente:**

- I. Aprovação da Ata da 30ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 12 de agosto de 2008;
- II. Sugestão de inclusões na pauta.

#### **Ordem do dia:**

- I. Deliberação sobre os seguintes projetos postulantes ao FEMA nos termos do Edital nº 05, de modo a habilitar a publicação de propostas selecionadas:
  1. “Escola Técnica em Agropecuária” (Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto);
  2. “Saindo da Lixeira” (Alma Ambiental – Aliança Libertária Meio Ambiente).
  3. “Capacitação Ambiental, Social Integradora” (Centro de Estudos de Meio Ambiente de Integração Social);
  4. “Escola Ambiental” (Trivolim – Companhia de Expressões Populares);
  5. “Em busca de um parque sustentável e pacífico: Parque Anhanguera” (Instituto São Paulo Contra a Violência);
  6. “Curso Básico Ecologia” (Associação Beneficente Cultural e Social da Cidade Tiradentes);
  7. “Plataforma Verde – Parelheiros” (Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário – IBEAC);
  8. “Educação Ambiental: Construindo um mundo mais sustentável” (Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura – FAPETEC);
  9. “Áreas Públicas: Buscando Novos Espaços Verdes e de Lazer para a Comunidade” (Ciranda Comunidade e Cidadania);
  10. “Ângela de cara limpa” (Sociedade Santos Mártires);
  11. “Centro de Memória Socioambiental da Cantareira” (Sabiá – Associação Socioambiental);
  12. “Agente de Proteção Ambiental” (GFWC Crê-Ser);
  13. “Horta Comunitária Agroecológica” (Associação Uno e Verso);
  14. “Caravana: Juventudes pelo Meio Ambiente” (ISPIS - Instituto SincroniCidade para a Interação Social);
  15. “Ciranda de Sabores e Saberes” (Instituto Aryran);
  16. “Germinando para o Futuro” (CIEDS - Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável);
  17. “Em memória de Chico Mendes – 20 anos de luta” (Clube da Cidadania – Vigilantes da Vida);
  18. “Rio Pinheiros – Educação e Arte” (Instituto Equipe de Cultura e Cidadania);
  19. “Sala Verde – Cidade Ademar” (Associação Congregação de Sta. Catarina);



20. “Saúde pelo Tietê” (Instituto Navega São Paulo);
21. “Seminários Valores do Século XXI” (Associação Palas Athena);
22. “Cidade Ambiente” (Associação Elementos da Natureza);
23. “Capacitação de Agentes Multiplicadores de uma Consciência Ambiental” (Instituto iBiosfera);
24. “Semente de Educação Ambiental” (Instituto Alana);
25. “Dedo Verde na Escola” (5 Elementos);
26. “Circuito de Educação Ambiental do Parque Luis Carlos Prestes” (IPESA);
27. “Educadores Populares e Meio Ambiente” (IPAM);
28. “Oficina de Florestas” (Associação Teatro Oficina Uzyna Uzona);
29. “Educação Ambiental e Tecnologia Social – Formação de Coletivo Ambiental em Ermelino Matarazzo” (ITS);
30. “Fórum Permanente de Educadores Ambientais de Brasilândia” (IBECC/UNESCO);
31. “Programa de Educação Ambiental” (Arrastão Movimento de Promoção Humana).

#### **Anexos:**

- I. Ata da 30ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 12 de agosto de 2008;
- II. Pareceres Técnicos da Comissão Técnica de Avaliação – CAV/ Edital FEMA nº 05 sobre os projetos a serem deliberados.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Esta é a 31ª. Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. Pela nossa pauta nós temos como primeiro item, apesar de não constar na pauta, nós precisamos dar posse aos conselheiros da Secretaria de Finanças, nós temos presentes a titular Zania Maria Matias Gouveia e suplente Rogério Ceron de Oliveira, quero dar as boas vindas. Passo a palavra ao secretário para a posse.

**Presidente Eduardo Jorge:** Posse dos representantes da Secretaria de Finanças, titular Sra. Zania Matias Gouveia e suplente Rogério Ceron de Oliveira.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Estão empossados os conselheiros. A partir de agora, senhores conselheiros, a titular já pode votar, lembrando que somente o titular é quem vota, na ausência do titular o suplente tem direito a voto, nós pedimos sempre que vocês estejam conversando, na impossibilidade do titular não comparecer o suplente compareça a reunião. Nós temos como primeiro item a aprovação da ata da 30ª. Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, de 12 de agosto de 2008, se todos estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovada a ata da 30ª. Reunião Plenária Ordinária. Segundo item do expediente, sugestão de inclusão na pauta, algum conselheiro tem alguma inclusão de pauta? Não. A mesa coloca como inclusão de pauta um projeto da subprefeitura de Perus, aproveito para registrar a presença da subprefeita de Perus, Sandra Cristina Leite Santana, que apresentou um projeto de permuta de uma área contígua ao Parque linear Perus e uma outra área próxima para incorporação daquela área, a área do parque em um todo. Em contra partida eles pedem a utilização dos recursos de créditos de carbono, que estão sendo aplicados na região, para construção de uma nova unidade de transportes interno da subprefeitura. Eles só vão poder desocupar esta área se eles tiverem algum lugar para colocar a frota e uma área de limpeza e manutenção, segundo informações da subprefeita isso implica em vários equipamentos e cerca de 200 pessoas, então, não tem como alocar estas pessoas se não tiver um local apropriado. O projeto está aqui, colocaremos ele em pauta. Eu proponho, apesar de ser inclusão de pauta, normalmente as inclusões ficam para o final, que coloquemos a inclusão como primeiro ponto, para que possamos liberar a subprefeita que tem uma série de compromissos. Senhores conselheiros, tudo bem de fazermos isso? Então...



**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Bom dia Secretário, bom dia conselho. Em primeiro lugar obrigada pela oportunidade de poder fazer uma argumentação direta com vocês. Eu só queria acrescentar um pouco do a o Rubens falou, na verdade nós temos 2 áreas hoje, uma que está próximo à Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, ela está exatamente entre a área de escoamento das águas, onde já foi aprovada, inclusive, a desapropriação, já está, se eu não me engano, em fase de depósito judicial aquela área de quase setecentos mil metros quadrados, isto está sendo tocado aqui pela Alejandra, salvo engano. Então, é contígua a esta área e é o início do Parque Linear Ribeirão/Perus, que é o trecho do Córrego do Areião, o nosso depósito está no meio. Na elaboração do projeto do Parque Linear foi discutido muito e nos solicitada a liberação daquela área, o que entendemos que, realmente, faz todo sentido, porque senão será um depósito de materiais de obras, materiais de almoxarifado, de circulação de pessoas, de caminhão, muitas vezes parte de limpeza de córregos se ocupa daquele espaço no meio do parque. Além desta área, também temos uma outra área que hoje funciona a unidade de supervisão de limpeza e unidade de supervisão de manutenção, que é esta área que nós temos pouco mais de duzentas pessoas trabalhando, entre os nossos servidores diretos e os nossos contratados. Essa área está exatamente ao lado do Parque Linear Recanto dos Humildes, que é uma favela que vem recebendo um trabalho muito grande de investimento, de quase quarenta milhões de reais, de urbanização. Essa primeira fase, inclusive, o Parque Linear faz parte, foi entregue pelo prefeito à comunidade dia 29 de dezembro do ano passado. E também foi solicitado que nós liberássemos aquela área para a implantação de um equipamento para a comunidade, e nós também entendemos ser justo. Porém, nós não temos onde colocar os nossos funcionários, pouco mais de duzentos, de limpeza e manutenção, bem como o pessoal e o material do depósito, a não ser nesta outra área próxima à unidade de limpeza, também no Recanto dos Humildes, que onde, hoje, já funciona a nossa UTI – Unidade de Transporte Interno. Então, a sugestão que nós fazemos, o Renato, eu pedi para que ele viesse, ele quem elaborou este projeto, é que nós pudéssemos, com o recurso do crédito de carbono, fazer a construção, adequando a área da UTI que hoje nós já ocupamos, este terreno já pertence à municipalidade, já funciona uma unidade nossa, que nós possamos adequar aquela área para receptionar a unidade do depósito, a unidade de limpeza e a unidade de manutenção. E liberar, sim, estes espaços para que a comunidade também possa utilizar na implantação do Parque Linear e de vários outros equipamentos. Então, este é o pedido que nós fazemos. Até porque, se a subprefeitura fosse provida de dotação orçamentária para a construção de próprios, nós não pediríamos em hipótese alguma este recurso. Mas é também justo, é uma contrapartida. Eu peço que vocês olhem carinho, cuidado. Lembrando, nós pedimos que o Renato fizesse este projeto da melhor forma possível, inclusive, procurando deixar o máximo possível de um prédio ecologicamente correto, até para que sirva como exemplo de novas construções diretas do poder público.

**Presidente Eduardo Jorge:** O primeiro recurso deste tipo foi feito leilão no final do ano passado, a empresa vencedora, um banco europeu, depositou o dinheiro em março/abril de 2008. E o conselho fez aquele rol de projetos prioritários em torno destes trinta e quatro milhões que foram depositados, e nós estamos tentando realizar este orçamento, que é uma coisa difícil, porque é um orçamento preparado neste ano mesmo, muito de investimentos. O último balanço, que o Rubens disponibilizou, é de agosto, nós tínhamos reservado dos trinta e quatro milhões, vinte milhões, e já empenhados doze milhões, então, está indo razoavelmente bem. Mas nós temos que pressionar, principalmente DESAP e a subprefeitura de Perus, e menos a subprefeitura de Pirituba e também a Secretaria do Verde que também são responsáveis, para tentar realizar o orçamento todo até o final do ano. A Secretaria do Governo e a Secretaria de Planejamento têm me cobrado muito isso aí, esta é uma primeira consideração. Uma segunda consideração, é que no dia 25 de setembro o prefeito irá fazer um novo leilão, a Secretaria de Finanças já organizou, é na bolsa de valores, como o outro, é um leilão internacional, o primeiro deste tipo realizado no mundo, de muito sucesso. A Secretaria de Finanças informa que acha que desta vez nós vamos receber um recurso até maior, porque da outra vez nós conseguimos um preço muito bom, dezesseis euros por tonelada, já era bom, a expectativa é que suba até dezenove, talvez até vinte. De qualquer jeito, isso significa o seguinte, que até o final do ano nós teremos mais um lote de X milhões de reais para região de Perus e Pirituba e Y milhões de reais para região de São Mateus e cidade Tiradentes, porque já entrará um crédito do aterro São João também. E no dia 30/9, você são convidados, haverá a primeira audiência, daquelas que já fizemos lá em Perus, para discutir com a região de São Mateus,



Cidade Tiradentes, Itaquera, quais são as sugestões da população, das subprefeituras, para começar a gastar este dinheiro da região da zona leste. Dia 30/09, a audiência já está marcada pela prefeitura de São Mateus, para CEU São Rafael. A última consideração, eu sou favorável este repasse, porque facilitará inclusive a implantação do Parque Linear, agilizará a implantação do Parque Linear, tem tudo a ver com essa diretriz que estabelecemos aqui. A minha única preocupação, Sandra, é se vocês realizam isso, porque nós não podemos ficar segurando recursos e não ser realizado. Porque o ano que vem já é um outro ano. Então vocês teriam que correr para tentar realizar este investimento ainda este ano. Existem pressões na cidade, ainda não muito fortes, mas vão ser cada vez mais forte, para que o dinheiro seja gasto em outras regiões, porque são vários lotes, esse é apenas o segundo lote que será leiloado, teremos lotes deste tipo ainda por 6, 7, 8 anos, então já existe uma pressão discreta, porque as pessoas têm reverência em relação à Perus, ao sofrimento de Perus e São Mateus, então as pessoas não querem avançar, mas certamente virá pressões para que o dinheiro seja gasto em outras áreas ambientais na cidade de São Paulo, o que é natural. Por isso é importante que as subprefeituras tenham capacidade de gastar o dinheiro, realizar o dinheiro. A minha única observação é essa. Eu não sou contra que se rediscuta uma aplicação geral, eu acho que nesta fase inicial, nestes primeiros anos, é importante que Perus, Pirituba, São Mateus, Cidade Tiradentes tenham prioridade máxima, como o prefeito orientou e o conselho está seguindo. Eu estou aberto a uma discussão de uma aplicação mais geral no futuro, não agora, porque isso seria um descrédito muito grande com a população de lá. A minha preocupação é essa, que a subprefeitura tenha capacidade de gastar. E gastem os outros também, eu estou vendo o relatório do Rubens, alguns recursos reservados ainda não foram totalmente empenhado, Sandra, em algumas praças. Isso vale para Secretaria do Verde também, que ainda não conseguiu licitar, pro exemplo, o centro de reabilitação.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Obrigado secretário, obrigado Sandra. Só lembrando, este conselho já discutiu anteriormente a aplicação dos recursos do crédito de carbono e nós temos 3 resoluções que versam sobre o assunto: a primeira é a resolução 38/CONFEMA que aprova alguns serviços de obras para o Parque Linear Perus, para o Parque Linear Bamburrall, implantação de ciclovias e obras no Parque Anhanguera, para o centro de reabilitação, escola de marcenaria, entre outras; a resolução 48 que aprova obras e serviços necessários à criação, requalificação, recuperação, melhoramento de áreas verdes e ações complementares no território das subprefeituras de Perus e Pirituba, e projetos de acessibilidade, monitoria e educação ambiental no Parque Anhanguera; a resolução 54 que aprova o apoio a projetos de recuperação da ferrovia Perus/Pirapora. Na verdade, nós já temos algumas deliberações do conselho com relação a obras voltadas para subprefeituras e que são voltadas, especificamente, para requalificação ambiental do local. Todos tiveram a oportunidade de consultar o processo da subprefeitura de Perus, alguém tem alguma dúvida ou quer fazer alguma consideração?

**Conselheiro Sérgio Costa:** Bom dia a todos. Consultando o processo, eu senti que, na verdade, nós estaríamos canalizando para vocês um dinheiro e vocês estariam nos dando uma área, cedendo uma área, seria uma troca. A dúvida que eu tenho, se estas áreas, o valor delas se equiparam ao valor do dinheiro que está sendo fornecido, essa contrapartida? Se nós estaríamos comprando áreas, que seria mais ou menos uma permuta, nós estaríamos mandando para vocês um milhão e meio, pelo que entendi, e o valor dessas áreas são no mínimo um milhão e meio? Segundo, ali ainda teria gastos, porque teria que retirar uma série de propes que estão lá em cima, porque não sei se eles seriam aplicados no parque. E a segunda questão que eu tenho, ali há danos ambientais? Porque ali era uma garagem, então para ser anexado ao parque teria que ser feito ali um tratamento ambiental. Se vocês também têm alguma noção deste custo? Para nós discutirmos aqui estes custos somados, dos dois terrenos mais dos danos ambientais causados, se seria equivalente a este valor de um milhão e meio que os senhores propõem no processo.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Na verdade, a garagem é onde nós vamos construir. Por exemplo, a unidade de depósito não é garagem e nem a unidade de limpeza e manutenção é garagem. A UTI, que é a garagem, que é onde recebe a nova construção, caso vocês concordem em liberar o recurso. Então estas áreas, que hoje estaríamos liberando, nelas não existem danos ambientais. Aliás, na unidade de limpeza e manutenção, eu não sei se tem fotos, mas espero que nas horas livres apenas, mas tem





criação de carpas lá, tem lago dentro dessa área. Com relação aos valores, eu não sei se o Renato tem aqui, mas é algo que podemos passar, só a unidade de depósito está em uma área... é o início do Rodoanel, é uma área muito grande, nós poderíamos tranquilamente passar para vocês os valores, é uma área que barato, com certeza, não custa. E a unidade de limpeza, talvez, ela tenha um valor um pouco inferior pela localização, mas também não é algo tão barato, eu acredito que na troca nós consigamos ter basicamente os mesmos valores. Com relação às demolições que devem ser feitas, o vale de depósito tem um prédio, uma única construção e é uma área que está praticamente livre, porque é onde nós recebemos a parte de material, tubulação, areia, pedras, asfalto. A construção em si é muito pequena, o trabalho que se teria na demolição não é tão grande. Na unidade de limpeza, o que pretendemos é aproveitar os espaços que estão lá, o projeto que está sendo elaborado para a implantação de um bloco esportivo, cultural, é aproveitando a construção já existente, é demolir o mínimo possível, até para que nós não tenhamos este tipo de custo. Até porque foi feita uma construção recente lá, que é muito interessante, uma área grande, o objetivo é mantê-la para adequar o espaço.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Da minha parte eu gostaria de ter estes valores para poder julgar com mais equilíbrio. Eu não sei se a CAV poderia receber estes três itens, o valor da demolição, o valor dos terrenos e se há danos ambientais. Como tinha óleo, eu vi pelas fotos, era uma garagem, então não sei, eu poderia fazer uma avaliação do local para ver se estes custos estariam coerentes. Muito obrigado, subprefeita.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Eu tenho algumas dúvidas também, eu dei uma olhada no processo, foi comentado que algumas destas áreas serão usadas para o Parque Linear, mas são duas áreas que serão desocupadas, as duas serão integrantes do Parque Linear? Ou é uma delas? Talvez o Renato, depois, possa complementar a posteriori. Aí, com esta informação solicitada, qual é o tamanho mesmo desta área que irá integrar o Parque Linear? Também seria interessante mostrar como o projeto do Parque Linear está incorporando esta área, de que maneira ele irá trabalhar por esta área e que tipo de coisa será aplicada neste local? Para saber assim: “não vamos dar apenas um terreno, são habitações, também tem um trabalho de parceria feito para isso”, ou: “é área de lazer, também tem um trabalho de parceria nesta direção”, para entender um pouco melhor o uso final destas áreas.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** As duas áreas serão incorporadas ao Parque Linear, a primeira área, a área do depósito, ali em cima é a Avenida Raimundo Pereira de Magalhães, o trecho do Rodoanel, a parte de cima é a área de escoamento, aqui na Secretaria do Verde já foram tomadas todas as medidas para a desapropriação, é aquela área que eu falei de quase setecentos mil metros quadrados, o nosso depósito é exatamente o início do Parque Linear, ele está totalmente integrado, é onde começa, na verdade, o Parque Linear. Este trecho é o trecho que a EMURB está nos repassando nos próximos dias o projeto para nós licitarmos, é a primeira fase de implantação, é exatamente onde está o nosso depósito. Não, não, ele vai mudar aqui onde tem essas cinco mil famílias, aqui embaixo, na área da UTI. Só para completar, a segunda área, unidade de limpeza e manutenção, é onde já está implantado o Parque Linear Recanto dos Humildes, é o faz parte da urbanização da favela, que são cinco mil famílias, a primeira fase foi entregue, incluindo o Parque Linear, dia 29 de dezembro. Então a nossa unidade de limpeza está na margem do Parque Linear, é esta área que nós estamos, inclusive, apresentando para vocês o projeto para a implantação de um bloco esportivo e cultural. Uma área extremamente adensada, são cerca de cinco mil famílias e sem nenhum tipo de equipamento, inclusive que nós possamos desenvolver trabalhos de educação ambiental, trabalhos de reciclagem. O que nós conseguimos no final do ano foi colocar um Telecentro.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Subprefeita, o bloco esportivo cultural já está construído, já foi contratado? Como é que está?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não, é um projeto que está sendo elaborado, também, para estarmos apresentando à vocês. O que acontece? Se eu não tiver aquela área liberada, eu não consigo implantar o bloco. Eu estou presa tanto no depósito para o início do Parque Linear, como aqui embaixo, na unidade de limpeza para a implantação do bloco esportivo e cultural. Aqui, o Parque Linear já está implantado. Você quer que o Renato te responda mais alguma coisa, Luiz?



**Conselheiro Marcos Moliterno:** Eu quero. Eu acho o seguinte, a proposta muito razoável, quer dizer, precisa ser analisada com mais detalhes, mas bastante razoável uma modificação. O único senão que eu teria é o seguinte, se nós vamos fazer uma nova edificação lá, eu tenho visto em vários projetos da própria prefeitura a dificuldade que temos em utilizar a reutilização de materiais de demolição, de construção civil. Eu acho um absurdo São Paulo não aproveitar isso, e quem tem que dar o exemplo é o poder público. Se for aprovado, eu gostaria de ver um plano desse, em que esta construção seguirá alguns critérios sustentáveis, pelo menos, em termos de iluminação, economia de energia, reaproveitamento de material de demolição, agregados, enfim. Vocês estão saindo com um dinheiro verde, ambiental, isso tem que ser aplicado de uma forma ambientalmente correto. De antemão esta é a minha postura. Renato, quem fez o projeto, dê uma boa revisada. A energia ficará cara a cada dia que passa, a água vai encarecer, quer dizer, todas estas questões têm que ser contempladas em um projeto desse.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Renato, me corrija se eu estiver errada, eu só não tenho certeza do reaproveitamento do material de construção, do resto, tudo que você falou está contemplado no projeto que o Renato fez, absolutamente tudo, principalmente a questão de energia, água, água de reuso. Se vocês quiserem, o Renato pode falar um pouco mais, inclusive ele esclarece a questão do material de construção se está inserido.

**Orador não identificado:** Eu aproveito a presença da subprefeita aqui, vocês têm algum pólo de triagem de demolição lá ou não?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não, nós não temos. Quando eu cheguei em Perus, há um ano atrás, eu questionei a coordenação de obras nossa, mas a resposta que tive, inclusive com consultas que foram feitas, é que para implantação o custo seriam elevados. É que na nossa lotação, enquanto subprefeitura, nós não teríamos condição de fazer. Porque inclusive o secretário, eu me lembro, há cerca de um ano atrás, o secretário trocou alguns e-mails com os subprefeitos lembrando da possibilidade de usarmos o material de sobra de construção civil para questão do asfalto, sub bases, eu pedi para a nossa equipe, são dois engenheiros, nos auxiliasse para tentarmos caminhar neste sentido, de implantar diretamente em Perus para que pudessemos trabalhar com o nosso material e recepcionando alguns. É uma sugestão que podemos levar, inclusive para elaborar projetos com o crédito de carbono.

**Orador não identificado:** Até a sua mudança seria vista com mais sensibilidade.

**Renato – Coordenador CPDU Perus:** Nós até pensamos no reuso do material para fazermos sub base, mas priorizamos a não pavimentação dos espaços. Então, ao invés de nós impermeabilizarmos o terreno, nós preferimos torná-lo permeável, porque está do lado do córrego, enfim, todos os outros recursos, controle solar, reuso de água tanto para a manutenção dos carros, quanto para descarga, aquecimento solar para os vestiários, tudo isso nós previmos, além da acessibilidade plena para o local. O controle de pó, essas coisa, nós pretendemos fazer com vegetação. Estamos tentando seguir os padrões para um prédio sustentável. Também tem a questão de todas as construções das UTIs têm sido feitas muito precariamente, por exemplo, nós poderíamos reutilizar tijolo para a própria construção, se nós conseguirmos retirar o tijolo, nós conseguimos colocá-lo em outro lugar. Mas como tudo lá foi muito improvisado durante muito tempo, durante muito tempo foi tratado com gambiarra, o famoso “puxadinho”, é bem complicado nós conseguirmos reutilizar esses materiais. Nós pensamos para fazer a pavimentação, mas, depois, preferimos usar alguma coisa não intertravada, pisograma, alguma coisa assim, que nós conseguíssemos uma permeabilidade maior.

**Conselheira Zania:** Eu fiquei com uma dúvida, este parque está sendo licitado ou ele já foi licitado a implantação, o parque que está contíguo à área da garagem?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não, ele já foi implantado. O Parque Linear Recanto dos Humildes, o que está contíguo à área da garagem e da área que nós queremos liberar para a implantação



do bloco esportivo e cultural, ele já foi implantado, foi entregue em 29 de dezembro, que é o Recanto dos Humildes.

**Conselheira Zania:** Não, o outro.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Aí, então, não é o contíguo à área da garagem, é onde está o depósito, vai ser licitado agora, nós estamos só aguardando a chegada do projeto, a EMURB está na fase final para nos entregar, na seqüência ele será licitado.

**Conselheira Zania:** E aí não poderia ser incluído nesta licitação essa remoção? Ou eu estou trocando os parques? Você tem uma garagem, não é isso?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não.

**Conselheira Zania:** Que tem cinco mil metros, que é onde está a UTI hoje, não é?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Mas ela está no Parque do Recanto dos Humildes, o parque que já está implantado. O que nós precisamos é levar a unidade de depósito, que está no parque, que será implantado...

**Conselheira Zania:** Isso. Não daria para incluir nesta licitação esta remoção? Não é possível?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não. Não.

**Presidente Eduardo Jorge:** O parque tem mais de um milhão de metros quadrados, vão acontecer muitas licitações. Esta licitação que ela está falando é a primeira, início da fase. Depois terá a segunda, terceira, quarta fase, é um parque maior que o Ibirapuera.

**Orador não identificado:** Senhor Secretário, eu também tinha esta mesma dúvida, até por uma questão um pouco formal, eu não sei se o Rubens pode nos esclarecer, pela resolução nós podemos usar os recursos para melhorias, requalificação ambiental na região. Embora o processo propriamente trata da construção de uma nova sede, ou de uma parte, para a sede da subprefeitura, que acaba entrando como contrapartida esse terreno que será liberado. Isso não é, como a colega colocou, de entrar no projeto do parque, mesmo que na inicial dele, para esta solicitação de remoção? Porque o projeto do parque pede a remoção da área, e não a subprefeitura que pede uma nova sede para liberar a área. Não sei se não é uma confusão minha, mas que possa haver... Porque uma coisa está, realmente, muito vinculada com a outra. Eu também entendo que o que está prioritário, no fundo esta questão toda é a implantação do Parque Linear. Aí sim, que o Parque Linear coloca como fundamental essa realocação da unidade e já tendo, porque já há o projeto, aí se atrela a esta recomendação, esta solicitação do projeto do Parque Linear, essa destinação para realocação da sede.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Mas é exatamente isso. Talvez eu não tenha entendido a pergunta da Zania. Nós só estamos tomando esta postura no momento, exatamente, porque nos foi pedido a liberação daquela área para a implantação do parque. Então este foi o primeiro passo. É a necessidade de ocupação daquela área, que hoje está o nosso depósito, para que se inicie ali a implantação do Parque Linear Ribeirão/Perus, que é o Núcleo Areião, é a primeira fase. Quando você fala assim: “não pode ser inserido na licitação?”, na verdade, a implantação de projetos naquela área está inserida, o que não está inserido é a nossa construção. Já está sendo elaborado o projeto contando com aquela área, então eu preciso alocar uma área do poder público em algum outro lugar. E o local que nós identificamos que não haveria necessidade de compra de área, que já funciona uma boa parte da subprefeitura, a parte operacional, é na Unidade de Transporte Interno.

**Conselheira Zania:** Então esta área que você está propondo dar como permuta, esse projeto, ela já está incorporada nesta primeira fase que está sendo licitada?



**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Já. Pelo mapa dá para você visualizar melhor.

**Conselheira Zania:** Ela está incorporada como? Como desapropriação?

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Não, a área é nossa, a área é pública. Ela está aqui, olha.

**Conselheira Zania:** Então já faz parte...

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Ela já faz parte, porque este lado de cá é área, vamos por assim, é o grande piscinão, as águas que vêm de Pirituba, inclusive é o que costuma ocasionar o grande problema de enchentes que temos em Perus, elas vão ser retidas aqui, que é uma área que já foi desapropriada, que está tudo certo. Esta é a nossa área do depósito, ela já faz parte, aqui, do projeto de implantação do Parque Linear, ou seja, ela já foi naturalmente inserida. Eu tendo ou não é um local para recepcionar a unidade que hoje funciona aqui. Ela já faz parte deste contexto. Se eu não tiver o recurso para transferir esta área, eu vou pedir que a EMURB refaça esta parte do projeto, só que irá ficar algo estranho, quer dizer, no meio do Parque Linear um depósito de material de construção da subprefeitura. Mas eu não tenho onde colocar.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais alguma dúvida? Não.

**Presidente Eduardo Jorge:** É muito importante insistir nisso, é preciso conhecer a prefeitura. Este projeto da EMURB já faz meses que estamos batalhando com a EMURB para entregar o projeto, não quero aqui ficar cobrando a EMURB, está ausente, mas é um problema complexo, envolve remoção de população, envolve questão de saneamento, não estou culpando a EMURB pela demora. Então se você consegue fazer isso, você agiliza o processo, ela já deixa a área limpa, já transfere. Quando a EMURB entregar, quando, ela vai licitar, mas ela já vai avançando. A prefeitura é assim.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só como dado complementar, os valores solicitado dos créditos de carbono para o planejamento e o projeto executivo é de setenta mil, duzentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos, e para a obra efetivamente é um milhão, quinhentos e dois mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e sete centavos, para realização da obra, o prazo de execução de ambos os trabalhos é de 90 dias, em 90 dias estaria se concluindo a obra. Eu acho posso, agora, até para a votação, digamos assim, e aí vocês...

**Conselheiro Sérgio Costa:** Senhor Secretário, eu não entendi, eu tratei como uma permuta, mas na verdade não é uma permuta porque são próprios da prefeitura. Agora, é um dinheiro do crédito de carbono, para nós dotarmos um milhão e quinhentos para eles, sendo que uma área que vale duzentos mil, não tem lógica, é claro que estou exagerando. Mas dentro deste projeto teria que no mínimo ter um retorno de um milhão e quinhentos, em matéria de terreno na troca, para amanhã nós podermos nos explicar: “não, nós mandamos para a subprefeitura um milhão e quinhentos para que eles transferissem a garagem, fizessem a nova sede, mas em contrapartida os terrenos que vieram valiam um milhão e quinhentos ou mais”. Agora, eu, da minha parte...

**Orador não identificado:** Não virá o terreno.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Mas é uma troca, os dois terrenos são cedidos para o parque, não é? Pelo que eu entendi a EMURB já incorporou estes terrenos, eles têm que sair de lá, não é isso, não foi isso que eu entendi? A EMURB já avisou para eles...

**Oradora não identificada:** Área do depósito...

**Conselheiro Sérgio Costa:** Porque o dinheiro do crédito de carbono não serve para fazer garagem, não é essa... Quer dizer, como nós iremos explicar amanhã, em termos ambientais, que nós estamos





entregando uma garagem? Senão amanhã nós faremos uma sede da prefeitura de Perus. Assim, para ter um motivo lógico, ambiental, significa que nós tenhamos uma contrapartida, por isso que eu tratei isso como uma permuta, mas eu tenho uma noção de que não é uma permuta. Agora, é uma forma também de nos protegermos, de se resguardar.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Na verdade a EMURB incorporou o terreno do depósito, que é a área que está no trecho do Parque Linear Ribeirão/Perus, que é o projeto que está sendo elaborado. O segundo terreno, o Parque Linear já foi entregue, então o que será implantado ali é um outro equipamento que passa aqui por vocês. Eu acho que do Parque Linear Recanto dos Humildes, o projeto do bloco esportivo cultural, provavelmente, deve estar tramitando aqui, se ainda não chegou. Realmente o secretário falou uma coisa que é verdade, nós estamos com vários projetos aqui no CONFEMA. Essa área do depósito é a área que a EMURB já incorporou para a implantação do Parque Linear Ribeirão/Perus, que é o roxo ali em cima. A outra é esta parte aqui embaixo. Eu só queria esclarecer uma coisa, nós não vamos construir garagem, a garagem já existe. Nós vamos construir na área que já existe a garagem, nós vamos levar a unidade de supervisão de manutenção e a supervisão de limpeza para área que a garagem já funciona, e a unidade de depósito, que é onde nós temos todo o nosso material de construção, asfalto, areia, brita, tubulações, que também irá para esta outra área. Eu concordo plenamente que tem que existir um respaldo e uma justificativa. A justificativa maior que nós temos é exatamente liberar as áreas que já são próprias, municipais, para que sejam incorporados aos equipamentos que estão sendo implantados para recuperação ambiental, esse é o maior argumento nosso. Com relação aos valores do terreno, nós não teremos dificuldade, nós levantaremos e passaremos para vocês. Só lembrando, esta área que hoje nós temos a supervisão de manutenção e limpeza, já é uma área com construção e que será adequada para um equipamento que também terá o seu valor agregado. Se o terreno vale cem mil reais, com todo o equipamento implantado, ele custa quanto?

**Renato – Coordenador CPDU Perus:** Falando em valores, ambientalmente falando, o estudo hidrológico feito para a implantação do Parque Linear fala o seguinte, esses dois braços, tanto o que vem da área dos Badras, quanto àquele que vem ali da Pedreira Embu, eles são os dois braços que recebem toda a água que enche todo o centro de Perus. O valor imobiliário, eu não sei como chama, do terreno, eu acho que é, infinitamente, inferior ao ganho ambiental que teremos em Perus por conta da liberação desta área para ligar a coleta da água para o Ribeirão/Perus.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Com certeza, o que eu gostaria de lembrá-los, nós, aqui, temos a obrigação pública como conselheiros, não queria que me entendessem como chato, me entendessem como alguém tenta ajudar o secretário ao máximo dentro da lógica administrativa pública. Como este dinheiro precisa ser destinado a usos ambientais na área, nós precisamos estar completos, entendendo este projeto de uma forma ambiental. Eu gostaria de ter dados. Porque assim, a EMURB avisou os senhores que tem que sair com esta garagem daí, isto é um fato consumado. Levar para um outro lugar que comprovamos amanhã que o uso deste dinheiro do crédito de carbono é ambientalmente correto, mesmo que seja dentro da prefeitura, já votamos outros projetos da prefeitura, mas não estaria seguro de votar um próprio, um dinheiro que teria de vir direto do cofre municipal, não teria a ver com o crédito de carbono. Se os senhores nos derem, para mim principalmente, em meu nome, eu gostaria de ter fatos que amanhã eu tivesse a certeza de dar explicações e dizer: “Não, ambientalmente agimos corretamente, nós demos um milhão e meio, recebemos um milhão e meio de volta, este terreno foi usado justamente para evitar que alagasse lá na frente. Nós cumprimos com o nosso papel como conselheiros”.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Perfeito.

**Presidente Eduardo Jorge:** Outra coisa para entender a prefeitura, a EMURB não manda nada, ela não vai mandar a prefeitura tirar aquilo lá. Se a prefeitura não tiver dinheiro, não poder remover, ficará lá. A EMURB não manda, a EMURB faz um projeto e, depois, tenta aplicar o projeto. Se a subprefeitura não tiver dinheiro para remover adequadamente, ficará lá, até ter o dinheiro para retirar. Nós vamos prejudicar a implantação do parque e ela vai deixar lá o equipamento dela, um dia sairá este dinheiro de algum lugar. Eu acho que não é prático. O prático seria, se eu tenho o recurso, a prefeitura não tem, isso vai viabilizar e



vai melhorar a agilidade na implantação do parque, eu acho que é razoável fazer isso, no meu ponto de vista, inclusive, ambiental. Porque senão vão ficar neste lugar esperando um dia ter dinheiro para remover para outro lugar. Se não tiver esse dinheiro, ficará lá, e eu faço o parque em outro lugar, deixo o problema para outro dia. Eu começo implantando em outro lugar, mas isso aqui fica aqui, até um dia ela ter o dinheiro e remover, colocar em outro lugar, essa é a questão, é assim que a prefeitura funciona.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Só com uma ressalva, é algo que não teria muita lógica, dar início a uma implantação por esta área ou por outra área, por quê? Porque é ali que a água chega, tem que tratar o problema pela sua raiz. Por isso deu-se início à implantação do Parque Linear Ribeirão/Perus, que faz todo este Y, chega pra cá, atravessa inclusive a área que tem a fábrica de cimento, mas ali é o início dos nossos problemas. Quer dizer, estaríamos dando início à solução dos nossos problemas locais, porque é a recepção das águas, Perus é um vale, e ali é toda a entrada. Como o secretário falou, a EMURB incorporou a área do depósito ao Parque Linear Ribeirão/Perus, se eu não tiver recurso para fazer a construção da unidade do depósito, na outra área supervisão de manutenção e limpeza, continuará lá, no meio do Parque Linear. Se for possível implantar o parque com o depósito, com o asfalto, tubulação, tudo ali, aí é uma avaliação que será feita posteriormente.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu vou ler as palavras do Sérgio, me corrija se estiver errado, talvez a preocupação dele seja no sentido de que há uma instalação, hoje, do poder público junto à área onde será implantado o Parque Linear, que esta instalação vai ser removida e vai ser realocada. Talvez a preocupação venha de, nós estamos tirando X e colocando X? Ou nós estamos tirando X e colocando alguma coisa diferente, para mais ou para menos? Eu não sei. Talvez é um pouco neste sentido que vá a preocupação dele. Porque no fundo são tudo próprio do município. Até quanto as edificações, talvez, seria esta dúvida, é uma simples troca, mas: “olha, a gente tira isso aqui, põe ali, está tudo resolvido ou não”. Já que temos uma oportunidade vamos dar mais qualidade para as instalações, para os funcionários, enfim, uma melhor implantação desta nova edificação. Em que direção está indo este projeto? Talvez o Renato tenha que mexer com o projeto, conhece melhor as áreas, tem como colocar isso.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Aproveitando a sua fala, eu vou ler a fala do Renato e do Marcos: “Talvez o valor monetário do terreno realmente seja infinitamente menor do que o recurso que nós estamos pedindo para ser liberado” A hora que tiver implantado o parque, o equipamento como um todo, e oferecido à comunidade, seja o Parque Linear Ribeirão/Perus, seja o bloco esportivo e cultural, se pegar o terreno aqui, onde está implantado o CEU, quanto ele valia na beira do Córrego Ribeirão/Perus? Quanto ele custa hoje, o que ele vale hoje para a comunidade, para o poder público, depois de implantado o equipamento? Se formos para checar valor imobiliário, é um valor comercial. O foco nosso não é esse, o objetivo da subprefeitura Perus é fazer uma parceria, é trabalhar junto com a Secretaria do Verde, apoiando projetos que entendemos que realmente é necessário. O problema de enchentes em Perus, eu não tenho dúvidas, a complementação do Parque Linear se ele não tiver 100% resolvido, ele estará 90, que já é um grande avanço. Quanto custa isso para aquela comunidade? Então checar valores imobiliários, podemos checar. Mas quem tem competência para apresentar para vocês o valor real do parque implantado, do bloco esportivo e cultural implantado? Quanto ele irá custar com relação ao benefício que ele irá trazer à comunidade de Perus?

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Só para encerrar, eu quero colocar, eu acho, que somos todos 100% favoráveis à implantação do parque, entendemos que a liberação de mais áreas junto ao parque, sejam áreas municipais, sejam áreas privadas, quando possível, porque eu acredito que o projeto possa... até o projeto da EMURB, possa a vir indicar áreas que necessitem ser desapropriadas para que seja melhor implantada o parque, até por conta das cheias, então tem lugares que são muito favoráveis que pessoas sejam removidas, acredito que isso deverá acontecer. A única dúvida que ficou é com relação, nós temos, hoje, uma instalação que tem X metros quadrados e está indo para X, ou que X metros quadrados que está indo? Quanto à importância nós reconhecemos, não há dúvida de que é muito importante, até pelo que foi mostrado aqui, a localização da atual instalação em relação ao futuro Parque Linear, ela é realmente muito importante, isso nós reconhecemos sem nenhuma dúvida.



**Renato – Coordenador CPDU Perus:** Quando nós conversamos sobre o projeto, em uma visita em todas as unidades, porque tinha unidade de depósitos, UTI, supervisão de limpeza, supervisão de manutenção, em geral são 4 unidades diferentes que usavam 3 terrenos enormes dentro da subprefeitura de Perus. Na primeira conversa com a Sandra eu falei assim: “Sandra, qual é a necessidade de UTI ter vestiários masculino e vestiário feminino? A supervisão ter um vestiário masculino e um feminino?”. Se nós juntarmos a metragem quadrada de tudo, que tinha e tudo que nós vamos construir, nós vamos reduzir 1/3, nós vamos enxugar a estrutura da prefeitura, construída, porque nós vamos otimizar os espaços, construí-los com fundamentação arquitetônica e até para o que ele irá servir, até porque nós precisamos liberar as áreas, então nós tínhamos mesmo que enxugar, isso foi uma premissa na hora de fazer o projeto. O projeto, hoje, tem mil e setecentos metros quadrados, se somarmos toda a infra-estrutura que está lá, embora precária, ela deve ter cinco mil metros quadrados de obra.

**Sandra Cristina – Subprefeita de Perus:** Lembrando, hoje funciona as vias normais, a energia que gasta muito, água que gasta muito. A nova construção totalmente revista, procurando chegar o máximo possível daquilo que pode servir de modelo para vários outros próprios públicos, levar o máximo possível na questão ambiental, ecologicamente correta, com reuso de água, energia solar, enfim.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Um Parque Linear não tem só a função de lazer, como diversos outros parques, ou de manutenção de uma simples área verde. Aqui ele tem uma função de contenção de cheias, então tem toda uma questão ambiental e uma questão social para a população que mora no entorno, e que pelo que percebi nas audiências públicas se resente muito de infra-estrutura, então seria um passo adiante na melhora da questão social, da questão de habitação do local. Seguindo a nossa pauta, eu pergunto aos conselheiros se colocamos em votação ou se você preferem ter mais uma informação antes da votação? Porque se não votarmos agora, na próxima reunião que teremos as informações solicitadas e que vamos colocar em votação.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu gostaria, mais uma vez, de enfatizar e gostaria destes dados, e que constasse no processo essa qualificação ambiental. Porque até este momento eu vejo que a EMURB deveria ter providenciado junto a subprefeitura esta remoção, se adequado entre eles. Assim, pra mim o dinheiro do crédito de carbono é muito claro que é compensação ambiental. Eu gostaria que aqui no processo estivessem apenas as qualidades ambientais e os custos dos terrenos. Se for possível levar isso pra frente...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Que eu lembre, dada a necessidade da execução desse recurso ainda este ano, até por conta de questão de licitação e outros detalhes que temos a percorrer, nós, possivelmente, teremos de marcar uma reunião extraordinária, lembrando, por causa da agilização do processo.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Rubens, poderia ser solicitado também, estou entendendo que há uma solicitação de prorrogação desta votação, de uma apresentação, talvez da equipe da EMURB, de um trecho deste parque. Porque aí algumas coisas se justificam, porque algumas coisas não estão ditas. Na verdade, o processo trata da edificação, propriamente, que será construída, mas eu tenho certeza que quando se mostrar o projeto do Parque Linear isso aqui fica muito mais justificado. Porque ali estarão os instrumentos que vão dizer: “Olha, isso aqui é fundamental”, então a questão muda, realmente, de forma e de figura. Se conseguir viabilizar é muito mais interessante.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ok, então fica adiada a questão da votação do projeto, na próxima reunião, quando colocaremos na pauta a votação, pediremos a presença da EMURB para fazer uma apresentação para os conselheiros. Obrigado Sandra, obrigado Renato.

**Oradora não identificada:** Na verdade não só deste projeto.



**Orador não identificado:** ... está quebrado, ninguém conserta, não pode doar, não pode vender, ninguém consegue consertar, eu fico assustado. Mas eu acho que nós temos que divulgar isso. Não é só para esta obra, vocês deveriam pleitear recursos que sejam aplicados justamente para este tipo de operação.

**Presidente Eduardo Jorge:** Novamente é a prefeitura, porque é atribuição de outra Secretaria, é a Secretaria de Serviços cuidar disso. E a Secretaria de Subprefeituras, eu sei disso porque tenho acompanhado, tem cobrado isso da Secretaria de Serviços. A Secretaria de Serviços tem e terá todo o dinheiro que quiser para fazer isso.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Senhores, passando para o próximo ponto de pauta, nós temos 31 projetos para serem votados, se bem que nós lemos a entidade, o nome do projeto, valor e a conclusão do parecer técnico, nós não lemos todo o parecer técnico, senão ficaria impossível. Nós temos aqui a sugestão do secretário, em respeito a entidade Ciranda, Comunidade Cidadania, que se encontra presente, de que analisássemos, primeiramente, o projeto deles e colocássemos em votação. Depois, nós temos 9 projetos com recomendação da CAV para aprovação. Nós poderíamos ler estes 9 projetos, fazer a votação, depois irmos votando os outros, se eventualmente o horário se estender muito e não conseguirmos votar todos, nós marcamos na extraordinária, que marcaremos por conta do projeto da subprefeitura, nós concluiremos a votação dos projetos. Todos de acordo?

**Orador não identificado:** Nós teremos uma reunião extraordinária de qualquer forma, eu acho que poderíamos ouvir a explicação da Ciranda, votar aqueles que são favoráveis e deixar os negativos para a reunião extraordinária. Porque até, se alguém quiser estudar um pouco mais, teremos um pouco mais de prazo.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu tenho uma questão que é um pouco diferente disso, tem um pouco a ver com o início da reunião, eu colocarei aqui para os colegas, mesmo com as minhas considerações com a antiga conselheira, mas por uma questão de isonomia nós não deveríamos discutir esse parecer da Ciranda agora, eu acho que podemos acolher isso, sim, e discutir em uma próxima reunião se for o caso. Porque como não foi divulgado o parecer da CAV para todas as entidades, eu acho que não cabe, hoje, nós discutirmos a resposta ao parecer, previamente, a discussão do conselho.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então passamos para a leitura do relatório dos projetos recomendados...

**Conselheiro Sérgio Costa:** Se alguém tem alguma coisa contra os que não estão referendados, porque se todos que não estão referendados pela CAV nós concordamos já inicialmente, não teria porque nós levarmos para uma reunião extraordinária. Valeria a pena discutir os que estão aprovados. Ou então discutimos os 9, em um bloco aprovaríamos o que não estão referendados pela CAV como não aprovados. A não ser que alguém levante alguma questão dizendo: "eu não concordo, ele deveria ser aprovado e não está".

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Eu não sei se todos tiveram a oportunidade de ler, realmente, o parecer e se gostariam de fazer algum comentário de algum projeto especificamente. Mas coloco para deliberação do conselho de como proceder, de como dar o encaminhamento.

**Mara – Técnica da SVMA:** Eu gostaria de deixar registrado, aqui, observações que o Rogério fez com relação a 3 projetos que não foram aprovados, o número 14, 20 e 33, não está na ata, está na relação que foram encaminhados mas não foram aprovados. Porque basicamente a não aprovação se deu por falha formais do projeto e não pela qualidade do projeto em si. Não sei como é o procedimento, não sei se a entidade vai ter que entrar com recurso...

**Conselheiro Rogério Ceron:** Estes 3 projetos, aparentemente, a questão do mérito é muito boa. Foram não recomendados por questões formais, por exemplo, no caso do projeto de escola técnica de agropecuária, por constar do orçamento o kit de material permanente, listados, no caso, enxada, pá e





carrinho, que na prefeitura é considerado material permanente. É considerado, hoje, material permanente na prefeitura por uma questão contábil, mas assim, ultrapassada, por falta de atualização, porque não tem valor de mercado, o custo de colocar uma chapa patrimonial é inviável. Não faz sentido você reprovar um projeto por conta disso. Qualquer entidade provada vai considerar uma enxada como material de consumo, não como material permanente. Então eu acho que isso não é um critério razoável para você excluir um projeto. Só tenho um adicional neste projeto que foi excluído, que só continha um currículo dos 4 membros da equipe, já que 3 membros iam ser contratados. Mas como é um projeto que, aparentemente, é muito bom, eu acho que vale a pena debater estes critérios formais, a pertinência deles ou não para reprovar um projeto deste tipo.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu faço uma nova proposta aqui na mesa, nós temos os destaques, nós temos os aprovados, os destaques e os não aprovados sem destaques. Assim, os não aprovados em destaque nós votaríamos em bloco, os com destaques nós votaríamos hoje em conjunto com os aprovados, entendeu?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Ok, se o conselho estiver de acordo.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Existe os aprovados, os 9, nós colocaríamos já em discussão. Os destaques que seriam o 14, o 20 e o 33, dos reprovados... Está destacada.

**Orador não identificado:** É por questão de isonomia, vocês não vão destacar...

**Conselheiro Sérgio Costa:** O senhor como conselheiro destaca o 9, estaria o 9, 14, 20 e 33. Então votaríamos, hoje, os aprovados, destacados. Os reprovados nós aprovaríamos em bloco como reprovados. Ok?

**Conselheiro Sérgio Costa:** Não, não teria... Hoje, tudo isso hoje.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu acompanho este conselho há algum tempo e eu tenho visto uma mudança nos pareceres da CAV, os pareceres da CAV tem sido sempre muito críticos, quando críticos, eles apontam muito bem as questões que são colocadas nos projetos, eles realmente dão muita segurança para a nossa análise. Nós dávamos uma analisada no parecer da CAV, olhava o projeto... É fundamental olhar todos os projetos. Nós não podemos ficar na comodidade e não olhar: “não, a CAV não recomendou, nós reprovamos igual”, não pode ser feito isso. A questão do destaque é muito bem vinda, porque se tem alguma colocação que porventura a CAV achou por bem não recomendar, mas os conselheiros entendem que, ainda sim, poderia ser recomendado, sabe a decisão cabe a este conselho. Mas a CAV, talvez tenha o processo que tem passado por ela, tem discutido, em alguns projetos ela tem sido extremamente delegada. Eu pediria, se possível, a CAV pudesse rever este posicionamento, porque é feito uma análise para alguns itens com simplesmente atende e não atende, está em um espaço formal demais, você não tem idéia do que acontece com este projeto, você não sabe o que trata o projeto. Porque muitas vezes o nome do projeto não explica o que ele faz e, às vezes, contradiz no decorrer do projeto o próprio nome.

**Mara – Técnica da SVMA:** Este edital foi feito um pouco diferenciado dos anteriores, até o edital 4 se previa, além de duas fases, no anterior foram 3 fases, se previa também a possibilidade de ajuste, neste edital a medida que a equipe técnica da UMAPAZ e da Educação Ambiental não foi prevista estas fases, como também não foi previsto ajustes. O objetivo disso era acelerar o processo. Porque até existe uma crítica muito grande de que o processo de análise da CAV, o processo todo de ajustes e tal demora muito tempo, então foi uma tentativa, está sendo uma experiência mesmo até importante, uma experiência de acelerar o processo, dele ser mais ágil. O objetivo era esse da equipe técnica de lá.



**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu queria colocar o seguinte ponto, concordando com o Luis da SEMPLA, nós não criticamos a agilidade em função da qualidade, nós deixamos de analisar, em função desse apressamento, a qualidade de projetos que nós vamos eventualmente deixar passar alguns deles que contempla melhoria para a sociedade, em função desse, pretexto, vamos dizer assim, dessa agilidade. Então eu proponho para ser colocado em votação na próxima reunião extraordinária, que volte a ser o sistema de dupla análise. Queremos, então um prazo para que as entidades não apresentaram seus documentos por questões formais, como diz aí, ...um prazo, vamos dizer 10 dias, coisa parecida, e nós teremos uma certeza, uma qualidade um pouco mais benéfica no sentido da análise.

**Oradora não identificada:** (trecho incompreensível) ...que este processo da Secretaria é um processo novo, atendendo as necessidades dos concorrentes projetos, e que não se fosse esperar deles um projeto técnico... que nós estamos acostumados a ver.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então vou começar pelos projetos aprovados, depois nós lemos os destaques, pode ser? Ou vamos na ordem que está na pauta?

**Conselheiro Sérgio Costa:** Fizemos sugestões, se todos concordar.

**Orador não identificado:** Não são aprovados, são recomendados.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Pela ordem nós votaríamos, primeiro, os que não estão recomendados e em tem destaques, aprovaríamos em bloco, rejeitaríamos em bloco. Segundo, os que estão ressaltados, não estão recomendados, mas estão destacados. Por último nós iríamos para estes que estão recomendados. Se todos concordar.

**Orador não identificado:** É, deixa a discussão do destaque para depois.

**Presidente Eduardo Jorge:** Segundo destaque é da entidade Ciranda, o terceiro fica os possivelmente reprovados, aí deixa para depois.

**Orador não identificado:** Eu concordo com a inversão da pauta. Eu até tenho uma ressalva com relação aos destaques, que eu acho que, então teríamos que circular estes dos destaques entre todos os conselheiros para que eles possam olhar, porque como a CAV não recomenda, então, para que nós possamos ter mais clareza do que é o projeto, que ele vá circulando entre nós enquanto discutimos.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O projeto em si ou o parecer?

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Eu faço uma sugestão diferente, nós votamos os recomendados, votamos os não recomendados, porque em bloco é rápido. Aqueles que estão destacados, ao invés de olharmos, ou nós passamos para a reunião extraordinária que terá, provavelmente, semana que vem, ou, ao invés de passarmos os projetos um a um, o Rogério que já estudou, ele dá e nós vamos atrás do que ele fala.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Vamos ao parecer técnico, como das outras vezes, eu lirei o título do projeto, a linha temática, o valor e a conclusão do relatório. Dos projetos recomendados pela CAV, pela ordem da pauta, é o 5 - Em busca de um parque sustentável e pacífico: Parque Anhanguera, instituição proponente – Instituto São Paulo Contra a Violência, linha temática – educação para a paz, localização geográfica – Parque Anhanguera, duração do projeto - 8 meses, recursos solicitados – noventa e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e vinte quatro centavos, as considerações finais e conclusão – a CAV recomenda a aprovação do projeto. Eu imagino que todos tenham lido o parecer técnico, já tenham uma opinião formada a respeito, no entanto, o parecer técnico está aqui para ser consultado.



**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Bem em relação a este projeto, eu tenho umas críticas a fazer, este projeto, na verdade, até o ponto da organização, da entidade que propõe toca muito na questão da violência, então seria um diagnóstico da violência na região. O valor do investimento é muito alto, é quase metade do recurso. Só para que faça este diagnóstico com tabulação, espacialização desses focos de violência que possa levantar para ele poder ser aprovado. A questão ambiental propriamente, ela fica um pouco tangente, ela não é o foco principal, no meu entendimento, do projeto. Eles colocam uma questão do meio ambiente, essa questão de mobilizar. Mas a questão de trazer algumas questões, discutir, o meio ambiente, qualidade de vida, ela vem, no meu entender, como segundo plano deste projeto. Eu faço esta ressalva.

**Presidente Eduardo Jorge:** Eu quero, respeitosamente, descontar, porque a questão da cultura da violência e a superação da cultura da violência pela cultura de paz é o coração da questão ambiental. É, às vezes, uma ilusão nossa separar a questão ambiental com a questão humana, não existe equilíbrio ambiental sem equilíbrio na sociedade. A definição do PNUMA, Organização das Nações Unidas, é bem claro em relação a isso, a cultura de paz e a superação da cultura de violência pela cultura de paz é um dos núcleos, é um dos pilares básicos do equilíbrio ambiental. A Secretaria do Meio Ambiente e a prefeitura de São Paulo definiu 6 eixos de trabalhos para a prefeitura em relação a equilíbrio ambiental: Terra, Ar, Água, o Verde - Biodiversidade, a Ecoeconomia e a Cultura de Paz, este é o programa da prefeitura em relação a questão ambiental, seguindo a orientação do PNUMA. E você não faz nenhuma atuação de forma orientada com base sem diagnóstico. Eu acho perfeitamente factível que ele gaste este dinheiro em diagnóstico, porque, inclusive, isso servirá em outras regiões, esta metodologia de diagnóstico... Como, aliás, o Eu Sou da Paz fez com a Secretaria de Participação Social em 3 outros distritos, grande parte do trabalho era inicialmente feito em diagnóstico, porque sem o diagnóstico, eu estou tratando o paciente cego, eu tenho que ter o diagnóstico. E este diagnóstico não servirá só para Perus, é uma metodologia que, depois, poderemos usar em outras regiões. Assim, eu quero defender este aspecto, vamos dizer assim, teórico da questão da cultura de paz como elemento chave na questão ambiental, e a necessidade dos diagnósticos, sem diagnósticos estaremos agindo às cegas.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só lembrando que, um dos objetivos destacados no parecer técnico, objetivo do projeto – contribuir para a diminuição da violência e criminalidade no Parque Anhanguera e entorno por meio de programas educativo. Então vem bem ao encontro do que o secretário acabou de falar.

**Conselheira Miriam:** Eu estou de pleno acordo com o que o secretário acabou de falar, seria, realmente, ...meu comentário. Então negociando o produto, esse levantamento é essencial nessa fase inicial desse projeto, ele deverá ir para outros programas deste mesmo grupo, e desdobramentos depois de observados o resultado desta análise.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Eu acho a questão da violência importante para todos, ninguém tem nenhuma restrição a isso, os fatos apresentados são soluções contra violência. Mas eu acho que entendo um pouco a colocação do Luiz, seria muito mais cabível uma Universidade Pública fazer este tipo de estudo, e não pegar os recursos que, em tese, seria destinados ao programa de capacitação mais voltado à questão ambiental. Pelo que o secretário colocou eles estão juntos, mas causa uma certa estranheza quando você olha os temas, os outros temas, e este daqui, realmente fica meio esquisito. Mas acho que pode colocar em votação.

**Presidente Eduardo Jorge:** Isso aí eu faço questão de insistir porque foi uma tese que discutimos muito em começo de governo, muita gente tem esta estranheza, não é só nosso amigo aqui de SEMPLA, muita gente tem esta estranheza, por quê? Porque coloca a questão ambiental o homem e a mulher fora da questão ambiental. E nós somos a causa da crise ambiental, mas nos somos a solução a extrema pobreza, riqueza e o consumismo, que é esta doença que afeta o mundo inteiro, eles são a principal motivo do desequilíbrio ambiental. Eu vou insistir nesta questão da ONU, que orienta a questão da política ambiental da ONU, o PNUMA já incorporou a questão da cultura de paz a necessidade de superar o controle da violência como elemento básico da questão ambiental, não é que a questão está indo



paralelamente à questão ambiental, ela é a questão ambiental, ela faz parte da questão ambiental. Então este entendimento não me causa estranheza porque isso é uma coisa nova, é que precisa ser incorporado nas questões ambientais. É claro, que ambiente é tudo, a rigor é tudo, se eu posso tratar de saneamento, saúde, educação, de tudo, tudo, porque a questão é holística. Agora, nesta questão de cultura de paz é nuclear, não existe a possibilidade de você chegar ao equilíbrio ambiental entre nós e o meio ambiente fazendo esta separação artificial, se não houver equilíbrio entre nós, é esta que é a questão nova, que muitas vezes causa estranheza. A cultura de paz e a superação da cultura da violência é política ambiental. Você tratar da questão de cultura de paz é educação ambiental, não é uma questão de polícia, vamos dizer assim, “isso é coisa para a polícia tratar”, é também para a polícia tratar, mas é também coisa nossa, essa que é a questão, é questão teórica que é importante nós incorporarmos. Por isso que estou sendo chato e insistindo na discussão com vocês, porque é uma questão teórica que temos de incorporar para poder superar esta dicotomia.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu destacaria aqui esta questão do sustentável pacífico, se eles conseguirem, amanhã, que o homem não tenha esta violência contra o próprio homem, contra o vegetal, ou contra o animal, o PNUMA atingir um dos maiores objetivos da humanidade. Eu concordo plenamente com o secretário. Agora, na questão do sustentável eu gostaria de vê-los atingir, porque parque sustentável é uma coisa praticamente impossível. A única coisa que eu teria é esta questão da sustentabilidade, mas eu concordo plenamente com o projeto nesta questão de nós termos um parque mais pacífico, conseqüentemente um ecossistema muito mais protegidos, porque as pessoas são pacíficas e não lhe agridem.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Na verdade o projeto que parece, pela leitura do projeto que realmente ele foi tratado um pouco de forma distinta as duas coisas, esse diagnóstico, embora seja uma coisa que é fundamental por um aspecto, ele me parece que ficou um pouco descolado das ações posteriores, das capacitações posteriores que envolvem um grupo de 40 pessoas que estão envolvidas, que resulta de outras ações. Então ficou, no meu entender, um pouco descolado uma questão da outra. E me causou estranheza porque é um recurso vultoso utilizado nesta primeira etapa, mas que ele não tem tantos desdobramentos a posteriori. Tomara que seja, realmente, importante que se conheça os focos de violência na região para mudar esta cultura. Mas do projeto em si foi a leitura que me causou estranheza, e no projeto o distanciamento um pouco estas duas etapas.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Feita as considerações, eu passo para a votação, peço que os conselheiros titulares se manifeste, colocando em votação o projeto - Em busca de um parque sustentável e pacífico: Parque Anhanguera - Instituto São Paulo Contra a Violência, aqueles que são favoráveis à aprovação permaneça como está. Temos 3 votos favoráveis, 2 contra, o voto do Luiz –SEMPLA e o da Zania – Secretaria de Finanças são votos contras, favoráveis – Sérgio Costa, Marcos Moliterno e Luiz Ferrua. Então, aprovado por 3 votos a 2. O segundo projeto recomendado pela CAV, projeto - Educação Ambiental: Construindo um mundo mais sustentável, instituição proponente – FAPETEC - Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura, linha temática – formação de 80 lideranças comunitárias, localização geográfica – Santo Amaro e Pinheiros, duração do projeto – 12 meses, recurso solicitado – noventa e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais, considerações finais e conclusão da Comissão de Avaliação – “O presente projeto se propõe a realizar um trabalho bastante pertinente e com perspectiva de melhora direta na qualidade de vida dos beneficiários, além disso poderá promover em ponderamento comunitário para superação de desafios vividos cotidianamente, que podem desencadear a sua multiplicação no território. A equipe demonstra ser muito bem qualificada e a instituição demonstra-se bem articulada com as regiões que se propõem a trabalhar. Pelo exposto neste parecer, este projeto atende os critérios de seleção do FEMA, portanto, é recomendado para a aprovação pela CAV”. Alguma consideração?

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Sempre tem algumas considerações, na verdade, são aquelas dúvidas que ficam quando você lê o projeto, ele trabalha com duas áreas, Santo Amaro e Pinheiros, a inicial dele é uma





proposta de trabalho com crianças de população carente, a posteriori ele coloca que vai capacitar liderança de uma maneira geral, ligadas as ações de bairro. Então não fica claro qual é o foco do público que ele quer atingir, porque são regiões que sabemos, conhecemos e vê que tem um perfil sócio econômico melhor definido, o índice de qualidade social deles não é tão baixo quanto outras regiões, eu acho que este tipo de trabalho tem regiões onde ele faria muito mais sentido, ele atingiria muito mais a população. Não fica claro aqui, não que não haja população carente, mas eu acho que tem focos que demandam mais esta capacitação. Inclusive o número de pessoas capacitadas me parece pequeno, ele trata de 40 pessoas, ele tem uma série de... sobre projetos que vão atingir são apenas diferenciados. Eu acredito que quem vá se envolver, vá participar de todos sobre o projeto para ter uma leitura melhor do que se pretende, cada uma tem um tema específico. Então eu acho que não adianta está na liderança e participar de uma, ela tem de participar do conjunto. Me parece que o número acaba sendo reduzido de pessoas atingidas. E também não consegui ver onde fica a clareza de qual o critério de seleção. De repente, já tem alguém que pode ser muito interessante para aquela liderança comunitária fazer este curso, mas talvez já tenha alguns conhecimentos destes que estão sendo colocados. Talvez, seria interessante a questão de recomendações, de redirecionar ao público, para que locais vão pegar esse público e capacitar. Porque a capacitação em si é muito interessante, mas a minha leitura a partir do projeto é que ele não vai atender exatamente o que ele imagina, o que ele colocou no começo como pretensão.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais alguma recomendação, alguma observação? Não.

**Presidente Eduardo Jorge:** Quando nós trabalhamos com Fundo como esse, nós não escolhemos os locais onde as pessoas vão trabalhar. Se eu tenho um grupo em dois bairros, na verdade, ricos, mas que querem trabalhar com a questão ambiental, eu devo apoiá-los. Se eu tiver pessoas em Pirituba, em Itaquera, que queiram fazer algo neste tipo, mais ainda há uma razão para apoiá-los. Mas não podemos deslocar uma pessoa que tem a vida dela, comunitária e associativa, em Vila Madalena que seja, bairro chique, lá para Itaquera, eu não posso forçar isso. Eu tenho que apoiar a pessoa, o grupo de Vila Madalena. E apoiaria muito mais um grupo de Itaquera, sim, mas não apareceu Itaquera, apareceu da Vila Madalena. Então é a função do Fundo Municipal do Meio Ambiente se preocupar com a cidade como um todo, seja em bairros ricos, em bairros de classe média, em bairros pobres. Eu acho que é importante que você valorize uma entidade como essa, mesmo em bairros como esses, que são mais ricos, que queiram trabalhar esta questão ambiental com pessoas carentes ou não. Eu sou favorável que nós apoiemos o projeto.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Primeiro, eu não concordo que a Vila Madalena seja só lugar de pessoas ricas, eu adoraria que todos lá fossem ricos, milionários, mas já fiz muita parte da Tom Maior, da Escola de Samba, vejo muita pobreza ali, tem muito pobre ali, é uma pena, adoraria que eles, meus amigos, fossem grandes milionários. Tantas lideranças comunitárias, independente da classe social, é uma coisa que vejo com muito bons olhos. O parecer da CAV aqui, ele fala que é um público diretamente beneficiado, consiste de 80 lideranças locais de comunidades carentes destas regiões, nos trabalhos sociais que vejo ali tem muita carência, eu adoraria ver mais 80 lideranças locais lá. Eu gostaria de apoiar este projeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Colocada em votação o projeto - Educação Ambiental: Construindo um mundo mais sustentável, instituição proponente – FAPETEC - Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino, Tecnologia e Cultura, aos conselheiros, aqueles que são pela aprovação do projeto permaneça como está. Temos um voto contra – Luiz – SEMPLA. Aprovado por 4 votos a 1. Próximo projeto recomendado pela Comissão, projeto - Ângela de cara limpa, instituição proponente - Sociedade Santos Mártires, linha temática – educação ambiental, economia solidária, localização geográfica – região de manancial da bacia hidrográfica da Guarapiranga, na área do entorno da subprefeitura do M'Boi Mirim, com maior atuação nos distritos Jardim Ângela, Jardim São Luis e Capão Redondo, duração do projeto – 12 meses, recurso solicitado ao FEMA – noventa e cinco mil e duzentos reais, considerações finais e



conclusão da CAV: “O projeto é apresentado por organização experiente, que atua na região do projeto desde 1987, tem parceria com outras organizações públicas municipais e estadual, e apresenta resultados. O projeto é coerente e alia educação ambiental e geração de renda, visa capacitar 120 pessoas para geração de renda de forma sustentável em área de vulnerabilidade sócio ambiental, focaliza a questão dos resíduos sólidos e orgânicos buscando implementar um modelo de gestão eficiente e também contribuir para a conservação da flora e remanescentes de área verde na área do projeto. A ação com resíduos sólidos e orgânicos é muito importante para a proteção dos mananciais. O orçamento é compatível com a proposta, portanto, a CAV recomenda a aprovação do projeto”. Há alguma consideração? Não. Passemos então para a votação do projeto - Ângela de cara limpa, instituição - Sociedade Santos Mártires, aqueles que são favoráveis pela aprovação do projeto permaneça como está. Então, projeto aprovado por unanimidade. Próximo projeto - Ciranda de Sabores e Saberes, instituição proponente - Instituto Aryran – Instituto de Desenvolvimento Humano, Cultural e de Meio Ambiente, linha temática – educação ambiental, localização geográfica – Santo Amaro, Campo Limpo e Campo Belo, duração do projeto – 5 meses, recursos solicitados – noventa e nove mil e oitocentos reais, considerações finais e conclusão da CAV: “Pelo exposto neste parecer o projeto atende os critérios de seleção do FEMA, portanto, é recomendado pela CAV”. O objetivo do projeto é promover um curso de capacitação para multiplicadores e produzir materiais áudio visuais e eventos de sensibilização e mobilização para a população em geral, desenvolvendo educação para a sustentabilidade ambiental, ética, consumo responsável e cultura da paz. Alguma consideração?

**Conselheiro Sérgio Costa:** Dentro desta lógica, até em função do comentário do Luiz, se ele tem assuntos que ele tem a destacar, eu pediria que destacasse, então nós manteríamos esta proposta, os que estão aprovados pela CAV, os que estão reprovados com destaques dos conselheiros e nos não destacados. Porque até hoje eu não tive, nunca, um parecer contrário da CAV que não estivesse muito bem referendado. Como o Luiz colocou muito bem, eles são sempre muito atentos e rigorosos, e eu gosto muito deste procedimento da CAV. Então eu acho que eles reprovaram tecnicamente, não teria como prosseguir, até na forma da lei. Então eu queria lembrá-los, aprovados, reprovados com destaque, caberia a nós destacarmos, já houve conselheiro que destacaram, se o Luiz quiser destacar novamente, ainda em tempo, aí, em seguida aprovarmos em bloco os reprovados como reprovados.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Mais uma vez é um dos projetos que ficamos com alguma dúvida que dá vontade perguntar para os critérios que são afirmações que parecem que são só simples erros de digitação, tem lugar que ele coloca que a população beneficiada é a subprefeitura da Lapa, quando há áreas de regiões e atuações. Mas tem uma questão que eu não consegui entender muito bem, que eles falam de fazer uma produção de vídeo, aí eles colocam uma área da produção a ser feito na subprefeitura da Sé, não fica claro se eles vão sair de lá, vão levar a equipe na subprefeitura da Sé, na região Sé fazer este vídeo, se a produtora do vídeo é na subprefeitura da Sé, por isso será feito lá. Se tem envolvimento dos capacitados nessa turma de vídeo. Aí eu não sei como funciona, quando (trecho incompreensível) projeto deste tipo, onde há a produção de um vídeo, uma questão até com relação aos direitos autorais. Os direitos autorais são de quem produziu e se a prefeitura quiser reproduzir, ela tem que pagar para eles ou é da prefeitura porque fez parceria? Como funciona? Precisava de alguma questão jurídica que coloque isso, porque eu acho que este tipo de apoio a atividade seria interessante, mas seria interessante que isso pudesse, depois, divulgado em todas as unidades, escolas, os CÉUS por exemplo, recebessem cópias dessa produção áudio visual, que deve ser sempre muito interessante. Mas isso não está colocado aí, aí eu não sei como funciona, não sei se isso alguém pode avaliar depois para ver como funciona esta questão do direito autoral em relação a esta questão áudio visual.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade teria que ter uma análise jurídica mais aprofundada, no entanto, nós temos como princípio de que todo o material, todo o produto de projeto financiado com recurso do FEMA, ele é de caráter público, então ele pode ser utilizado e reproduzido para fins em especial de educação ambiental. Então não há restrições com relação... Tanto que cartilhas, publicações, livros que sejam publicados com recurso do FEMA ficam disponíveis à população e podem ser reproduzidos. No



entanto, esta é opinião minha, leiga na área jurídica, nós podemos formalizar isso para a assessoria jurídica da Secretaria e traremos na próxima reunião alguma coisa mais fundamentada. Está registrado, nós vamos fazer a consulta.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Eu tenho uma segunda dúvida, ele coloca em contrapartida, dentro da contrapartida seria incluído aparelho de som e máquina fotográfica, essas coisas contrapartidas elas são, depois, doados, ou não? Como funciona isso?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não. Na verdade, quando é contrapartida financeira, o recurso tem que ser depositado junto com os recursos do FEMA e gastos no desenvolvimento do projeto. Quando a contrapartida é mensurável, ou seja, são equipamentos, ele é da entidade e o valor calculado é o valor do tempo que ele fica disponível para o projeto, mas o bem é da entidade. Ao final do projeto o bem permanece com a entidade. Então, é computadores que a entidade utiliza, máquinas fotográficas, ou qualquer outro equipamento, prensa, é da entidade, e ela oferece como contrapartida aquelas horas de trabalho do equipamento, não o equipamento em si.

**Conselheiro Luiz – SEMPLA:** Em alguns projetos estavam apresentados equipamentos com valor integral, por isso eu reparei que eles colocam, isso é comum. Uns colocam computador, data show, DVD, valor integral, ou, em alguns casos, eles colocam horas o valor integral, ressalva, mas é importante nós observarmos.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Fica difícil para nós ou para CAV mensurar, porque nós temos, por exemplo, notebook que custam, hoje, novecentos reais no mercado e temos notebook de sete mil reais, então quando eles colocam um notebook fica difícil nós avaliarmos qual seria o valor do equipamento, mesma coisa com máquinas fotográficas, se encontra máquinas fotográficas de trezentos e dois mil reais. Então o que calculamos é a disponibilidade daquele equipamento. Na verdade, como não se tem o valor fixo para aquelas horas de utilização do equipamento, então, acredito que a CAV tenha até levado em consideração o bom senso. É claro, que nós não vamos colocar 2, 3 computadores como contrapartida, mas que haja um bom senso pelo número de horas que o equipamento seja disponibilizado em proporção do projeto ou do tempo necessário para o projeto, e o valor a ele mensurado. Eu não conheço, não li os projetos, essa é uma função da CAV, nós não temos nem condições, mas podemos, para os próximos projetos, tentar fazer uma planilha ou um instrumento que consigamos avaliar melhor isso. Até porque a história da contrapartida é uma coisa mais recente, até então nós não exigíamos contrapartida, e agora, o edital 5 foi antes do decreto, até por força de um decreto publicado em maio nós teremos de mensurar ou pedir uma contrapartida. Então nós teremos que ter instrumentos, nós estamos tentando fazer isso junto com a Secretaria de Finanças para poder ter um valor mais plausível para essas contrapartidas. Há mais alguma consideração? Não. Passamos para a votação do projeto - Ciranda de Sabores e Saberes, instituição proponente - Instituto Aryran - Instituto de Desenvolvimento Humano, Cultural e de Meio Ambiente, os conselheiros favoráveis pela aprovação do projeto permaneça como está. Então, projeto aprovado por unanimidade.

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Eu tenho que me retirar, tenho compromisso assumido, deixo a minha suplente para votação. Espero, então, que determine a data da extraordinária.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Nós vamos ver a disponibilidade do local, sala, em seguida entraremos em contato para confirmar a agenda de vocês. Próximo projeto - Sala Verde – Cidade Ademar, instituição proponente - Associação Congregação de Santa Catarina, linha temática – educação sócio ambiental, localização geográfica – região de Pedreiras, Cidade Ademar e parte do distrito de Campo Grande, duração do projeto – 12 meses, recursos solicitados – oitenta e nove mil, oitocentos e vinte um



reais e setenta centavos, considerações finais e conclusões da CAV: “O projeto proposto tem muitos aspectos positivos, entre eles o fato de dar continuidade a uma sensibilização e mobilização já iniciada, de forma intersectorial pelo projeto Ambientes Verdes e Saudáveis e o Carta da Terra, envolvendo as Secretarias, do Verde, da Educação e da Saúde. Neste sentido indica que a sensibilização foi efetiva, como demonstra o empenho na sua continuidade para uma das ações não governamentais da região. Focaliza a comunidade de um Centro Educacional Unificado – CEU, o que também propicia desdobramentos intersectoriais essenciais à difusão da educação ambiental. O primeiro subprojeto trata da revitalização do bosque do CEU Alvarenga, uma área de trinta mil metros quadrados que pode tornar-se exemplar com o envolvimento de 240 adolescentes e 30 agentes comunitários de saúde. O segundo subprojeto trata do consumo consciente e geração de renda oferecendo à comunidade informações em instrumentos para exercitar a economia solidária. O terceiro subprojeto deve alcançar os educadores e estudantes por meio de acesso e ferramentas e pesquisas. O quarto subprojeto utilizará o teatro do CEU Alvarenga para um programa de sensibilização e mobilização da comunidade escolar por meio de cinema. Os quatro subprojetos potencializam-se entre si e podem contribuir para o alcance dos objetivos. A instituição tem experiência e anuência explícita dos dois parceiros necessários ao desenvolvimento necessário do seu projeto, o CEU Alvarenga e o SESC Interlagos. Portanto, a CAV recomenda a aprovação do projeto”. Há considerações?

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu tenho umas considerações, pelo fato muito interessante, não ficou claro pra mim, na leitura dele, o que é de fato Sala Verde? Nestas questões formais, ..contabilização de horas, na hora da matemática tem alguns erros, ...são 360, em um outro eles contabilizam 1200 horas, quando na verdade me pareceu, pela conta que eu consegui fazer, que era 120, mas que são coisas que eles não cobram as 1200 horas. Aí entra aquela questão da contrapartida, mas isso já foi esclarecido.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Há mais alguma consideração?

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Quando ele fala na recuperação do bosque, normalmente não houve nenhuma consideração desta Secretaria, mas durante a execução a CAT irá se manifestar a respeito das espécies que será plantado, que tipo de espécie, aonde será plantado. Porque eles falaram no plantio de mil mudas, mas não chegam a especificar o lugar, em linhas gerais, que tipo de espécies será plantado. Mas como é do lado de um CEU e envolve o plantio de arvores, eu acho que a CAT estará atenta. (trecho incompreensível)

**Secretário Executivo Rubens Borges:** A exemplo de outros projetos que nós tivemos com a intervenção do plantio de arvores, nós orientamos que seja seguido o manual da Secretaria com relação a isso. E nos outros projetos que implicarem em plantio de mudas, nós não tivemos problemas. Eu acho que quanto a isso não tem problemas, mas de qualquer forma nós recomendamos para a CAT o acompanhamento.

**Orador não identificado:** No caso, nós podemos mais que recomendar.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** No caso pode até ser mais que uma recomendação, e, sim, uma solicitação para que a CAV faça isso. Então, será repassado para a CAV.

**Conselheira Miriam:** o fato do SESC estar no projeto é uma grande recomendação, é uma instituição que nós temos há muitos anos. Educação ambiental antes de qualquer um ter começado na região... Eu acredito que a... E é também ...associado ao projeto de uma escola a esta iniciativa. Eu acredito que seja realmente excelente projeto e acredito nos resultados.





**Secretário Executivo Rubens Borges:** Passemos então para a aprovação, projeto Sala Verde – Cidade Ademar, instituição proponente – Associação Congregação de Santa Catarina, aqueles que são pela aprovação permaneça como está. Então, aprovado por unanimidade. Próximo projeto - Seminários Valores do Século XXI – a ética, o meio ambiente e a cultura de paz como meios para um ambiente sustentável, instituição proponente - Associação Palas Athena, linha temática – educação sócio ambiental e para a paz, localização geográfica – difusa na cidade de São Paulo, duração do projeto – 12 meses, recurso solicitado – noventa e oito mil, cinqüenta e quatro reais e noventa e oito centavos, considerações finais e conclusão da CAV: “O projeto é oportuno e relevante propondo-se a capacitar 800 pessoas em oito meses e alcançando profissionais que prestam serviços públicos essenciais na cidade, como educação, saúde, serviço social e também gestores de projetos sócio ambientais e liderança do terceiro setor e comunitárias, que tem grande capacidade de multiplicação de novos valores. O projeto é bem formulado e a experiência da instituição é garantia de qualidade. O parecer da CAV é pela aprovação do projeto”. Há considerações?

**Conselheiro Luiz Ferrua:** Uma observação, concordo inteiramente com o que o Luiz falou, para nós conseguirmos fazer estes destaques a CAV precisa nos municiar, dar os argumentos que ela aprovou ou reprovou, não pode ser como tem sido alguns destes projetos reprovar quase assim, reprovado, vamos dizer assim. Tem que ser com argumentos sólidos que nos dêem a oportunidade de incluí-los ou não em destaque. Senão fica..., se a pessoa não está muito bem colocada, mas não poderemos fazer os destaques se não tivermos argumentos para isso.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só lembrando, Luiz Ferrua, que a deliberação final é do conselho, nós já tivemos casos aqui em que a comissão de avaliação não recomendou o projeto, porém, houve o entendimento do conselho de que, somado algumas informações adicionais, esses projetos poderiam ser implantados. E assim o foram. Nós temos aqui uma quantidade muito grande de projetos, a CAV fez este trabalho com uma dedicação extraordinária, eles avaliaram 50 projetos em menos de dois meses, essas pessoas também têm outras atividades, além da análise dos projetos. Eu acredito que, até por conta de atender a demanda e a pressão da própria Secretaria do CONFEMA de agilizar o processo para que pudéssemos colocar em votação, talvez os projetos tenham sido analisados, mas os relatórios não tenham sido mais detalhados. Fica a recomendação do conselho, em especial do Luiz, em relação ao maior detalhamento. Com certeza para os próximos projetos nós vamos tratar como sempre tratamos este trabalho. Lembrando também a seriedade como este conselho trabalha, e com que a Secretaria do FEMA trabalha, é uma seriedade que tem repercussão no resto do país, o conselheiro Sérgio, a Mara que está aqui presente pôde acompanhar todo um trabalho que foi feito com o Fundo Nacional pelo Brasil, o Fundo de São Paulo é visto como um Fundo diferenciado, que trabalha com seriedade e com respeito às entidades não governamentais, então nós temos sido um parâmetro para outros municípios que estão implantando o seus Fundos. Mais alguém gostaria de fazer algum comentário?

**Conselheira Miriam:** Eu gostaria de saber a relação...

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Me parece lógico... mais focado, até mesmo em que as pessoas que são selecionadas. Na verdade, ...eles pretendem atingir a forma é através da base de dados da instituição, pessoas que já fizeram cursos com eles, mas que eles poderiam ampliar. Uma outra coisa que também não consegui ter clareza, os temas são colocados, mas não estão especificados se estes temas vão ser implantados diferentemente em cada um dos seminários, porque são 8 seminários. Então não ficou claro se são 800 pessoas, porque é um tema, ou se são 8 seções cada um pode ser 100 pessoas, o que muda muito do público atingido. Pode ser 100 ou 800 muito grande. Além disso, uma coisa que me incomodou muito, é que eles colocam que nestes seminários, em cada um dos seminários, será feito uma distribuição gratuita de um exemplar de um livro “Jornada água da terra”, essa distribuição é feita gratuitamente para quem participa, mas ela é cobrada do FEMA. Então eles cobram a produção dos exemplares a trinta e



cinco reais cada, são vinte oito mil reais, apenas, de livro. Eu acredito que a instituição tenha indicado. Não está claro quem publicou este artigo. Uma outra preocupação também é, como não fica claro qual é o tema, o objeto do seminário, o que eles estão propagando? O que o poder público está ajudando a difundir? Incentivando e pagando, na verdade, quando nós estamos vendendo o livro e cobrando o livro deles.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** O que é pior, um livro de filosofia deles que, no caso, está sendo subsidiado por nós, aqui pelo FEMA.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** É importante, realmente, que se compare diversas manifestações, mas também é preciso ter algum cuidado. E como não está claro no projeto o que se propaga, o que nós estamos ajudando a propagar? Eu tenho muita ressalva, um pouco de cuidado com este projeto.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais alguma consideração?

**Orador não identificado:** Alguém conhece esta entidade melhor? Porque eu não conheço.

**Presidente Eduardo Jorge:** Esta entidade tem 30 anos de atuação, foi a entidade que coordenou no Brasil a coleta de assinaturas do documento UNESCO, aquele manifesto 2000 um documento da cultura de paz e meio ambiente, o Brasil foi o segundo país no mundo em coleta de assinaturas, este documento que foi encaminhado à ONU, primeiro foi a Índia, mas o segundo foi o Brasil. O instituto Palas Athena foi o coordenador nacional do programa é uma entidade parceira. É claro, o livro deve ser editado por eles, mas é uma entidade que tem tradição, uma das mais respeitadas. Eu acho que se houver alguma dúvida com relação à qualidade do livro nós não deveríamos rejeitar um projeto por causa disso, avalie o livro porque é uma entidade que tem uma tradição tremenda no Brasil. Seria muito se nós rejeitássemos um projeto do Palas Athena. Se nós não estamos com segurança, vamos buscar o livro, vamos ler o livro, eu tenho certeza que o livro deve ser de maior qualidade.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu não tenho conhecimento profundo em filosofia, até adoraria ter, seria ideal todos os membros conhecer bastante filosofia. Apoiado neste comentário do secretário, eu acho favorável pela presença desta entidade, eu desconhecia, eu vou olhar com mais atenção.

**Conselheira Zania:** Com relação a definição do público alvo destes 800, quem são os 800? Porque como não está identificado, se é associados do Palas Athena, se é na comunidade, ou se vai se abrir um edital e convocar a população geral? Que isso também ficasse esclarecido.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Suponho, então, que fique suspensa a votação e na reunião extraordinária colocaremos em pauta, pode ser? Aí nós tentaremos conseguir com eles um exemplar do livro, para que vocês tomem conhecimento da publicação.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade é assim, se nós pedirmos para que eles esclareçam... Nós estamos abrindo um precedente que não abrimos para as outras entidades, então...

**Conselheira Zania:** ...comentário do Luiz, eu acho que a questão não é livro o importante está sendo uma questão de financiamento, é se nós, o Fundo deve financiar a produção da associação que está propondo



o projeto ou não. Porque é o produto, não é a qualidade do produto, é realmente se é a nossa função financiar um livro para ser distribuído. Porque esta distribuição é uma decisão deles, não é nossa.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu acho diferente quando apoiamos para produzir um material, ...do que o Fundo ...independente da qualidade.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Pergunto então, passaremos para a votação ou vocês preferem deixar para a próxima, e tentaremos conseguir um exemplar da publicação? Fica para a próxima então? A votação deste projeto, em especial, fica para a reunião extraordinária.

**Orador não identificado:** Aí nós estamos criando um precedente, não é?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** A questão é os conselheiros tomarem conhecimento desta publicação.

**Conselheira Zania:** É aquilo que falei, independente disso, é o Fundo que deve aplicar o dinheiro nesta publicação.

**Mara – Técnica da SVMA:** Eu não li o projeto, não participei desta CAV, mas eu acho assim, eu entendo que este livro deva ter alguma relação com a proposta que foi passada. Ele não pode ser um livro, puro e simples, produzido pela instituição. Então valeria a pena, realmente, saber, já que não sabemos o que é. Porque quando o Fundo financia a elaboração de um material, o material servirá de apoio para as atividades que irão ser feitas, então eu imaginando, como é uma instituição séria, com uma tradição de trabalhos em educação, eles estão utilizando este livro como apoio, inclusive, nas atividades de educação que eles estão propondo. Este é o entendimento que eu tenho em relação a este livro, assim, se eu tenho elaborado, financiado pelo Fundo o que já está pronto ou se ele será elaborado, independe. O que depende é qual a conexão que ele tem com as atividades que serão realizadas.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Parece que entendi plenamente. O livro seria uma ferramenta, dada que a entidade é séria, antiga e tem comprovadamente um respeito às questões ambientais. Então seria lúcido nós colocarmos em votação. Até porque eu coloquei muito bem, eu não entendo nada de filosofia, o mínimo que eu vou fazer é olhar o livro na qualidade, ler o livro inteiro. Dadas estas considerações, que a entidade é séria, envolvida com a UNESCO, possivelmente o livro é uma ferramenta, parece ser uma ferramenta lógica às atividades deles. Eu gostaria de propor, por em votação.

**Conselheira Miriam:** Eu não vejo sentido, se há disponibilidade, de não considerar que aconteçam os projetos com mais detalhamentos, com mais...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Peço desculpas, dona Miriam, eu estava tratando um assunto com o secretário. A pergunta do secretário era com relação de como ficou a votação e a posição do secretário em bloco, se haveria alguma forma de a entidade que não teve o seu projeto de recorrer da decisão do CONFEMA? A princípio não existe esta possibilidade, a deliberação é única, e estando não recomendado não caberia recurso. Porém, pode haver uma resolução do CONFEMA que abra um novo prazo para ajustes, mas fica a critério do conselho, aí eu colocaria isso para a deliberação do conselho. Peço desculpas, dona Miriam, pediria que a senhora repetisse a pergunta.



**Conselheira Miriam:** A minha pergunta, existe ...para estes projetos eu acho isso importante porque este Fundo existe para ser aplicado... não estou entrando nisso, mas a questão de votar em cima... em cima dos projetos que foram simplesmente reprovados... pela comissão que examina este projeto coloca uma porção de dizeres ao longo da conduta daquele livro, de conhecimento técnico. Mas o conselho existe para que seja analisado com a ajuda que foi implantado, não é pelo que foi discriminado, se é valido, não é valido, ...cada um dos conselheiros tem o seu nível de conhecimentos, conhecimentos técnicos e capacidade humanitária para enxergar todos estes aspectos do projeto e saber... para ser disponibilizado para os projetos.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu diria, dona Miriam, é simples, é a senhora destacar os projetos que a senhora julga que eles estão aqui, não estão referendados, que a senhora gostaria de destacar, para que nós discutíssemos e se possivelmente referendasse.

**Conselheira Miriam:** Existe sempre a possibilidade de deixar em aberto uma representação dos projetos, se for dito que não está aprovado, como esclareceu eles não poderão voltar com o projeto e nem reformular o projeto.

**Conselheiro Marcos Moliterno:** Hoje, nós temos que apreciar um número acima do razoável de projetos, se nós formos apreciar a reconsideração destes projetos, nós não sairemos mais daqui. O que existe é o seguinte, no edital seguinte, a pessoa que não teve aquele projeto aprovado, ela recebe os motivos da não aprovação pela CAV e ela pode apresentar novamente com as correções necessárias, provavelmente este edital vai ser julgado antes de o recurso que ela impetrou. Portanto, eu acho que irá só duplicar um trabalho que não vai resultar em nada satisfatório a ninguém.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Marcos, só um detalhe, o edital FEMA 5, diferente do 4 e do 3 tinham duas fases, o 3 e o 4 permitia que se fizesse correções de acordo com o parecer da CAV e que em 15 dias fossem reapresentados com as correções. O edital número 5 não tem esta previsão, ele teve um único período de entrega e um único período de análise, não há previsão de revisão nestes processos. No entanto, eu acho assim, se nós vamos votar os que foram recomendados e os destaques, em uma outra reunião extraordinária nós votamos os não recomendados, eu lembro que os projetos estão disponíveis na secretaria do FEMA para que os conselheiros possam olhar e lembre que independente da recomendação ou não da comissão que avaliou os projetos, esse projeto pode ser deliberado pela aprovação pelo conselho. Então, se vocês estudarem o projeto, entenderem que apesar da análise da CAV ter algumas observações, mas que se entenda que é possível aprovar, como já ocorreu anteriormente, a deliberação é do CONFEMA. Para darmos o encaminhamento, eu gostaria de dar continuidade.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Esses projetos que nós vamos analisar todos, a questão do edital quando ele coloca um na segunda etapa, a vantagem dela é que muitas vezes as dúvidas consegue ser esclarecida. Então, às vezes, alguma coisa que não ficou clara no projeto, onde está colocada no lugar errado, você fala: "Olha, isso aqui não pode ser aqui. Isso aqui está faltando isso", às vezes vemos um projeto que você vê muitas boas intenções naquele projeto, só que tem algumas coisas que ficaram inconsistentes, você pode até falar: "isso vai dar certo", mas aí nós já estamos dizendo sem ter tempo de analisar. Não sei se é possível viabilizar essa recomendação que tínhamos? Agora não tem, não sei...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Só um detalhe também, nós sempre temos a possibilidade de lançar novos editais, então se houver uma deliberação do conselho de que se reedite este edital para que dê oportunidades das entidades apresentarem novamente seus projetos, também não tem problema nenhum.





**Conselheiro Luis –SEMPLA:** Então eu acho que a CAV poderia se lembrar dessa recomendação para que eles pudessem voltar a ter um olhar um pouco mais crítico em relação as outras questões que são abordadas pela comissão. E aí, cabe a nós ...por mais que a CAV: “olha, formalmente tem este problema, só, isso pesa, isso não pesa? Às vezes tem importância, às vezes tem muita importância de forma de ele ter colocado só um currículo e não te colocado o outro. Às vezes não é fundamentado, então realmente precisa ser caso a caso. Mesmo nos projetos que a CAV recomenda nós temos que analisar muito bem o projeto, porque às vezes passa alguma coisa. Assim como passa por nós, quando nós olhamos os projetos, olhamos o parecer, alguma coisa passa. Eu acho que é importante que todos os conselheiros consigam olhar, isso aqui é uma coisa que está envolvendo recursos que é uma coisa séria. Realmente nós temos que nos atentar... Porque por mais que o projeto seja interessante, tenha recurso do fundo, vai sair recurso, e se ele não consegue executar esse recurso. Nós somos responsáveis por isso.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Na verdade, como este edital não prevê aquela apresentação para correção de alguns itens do projeto, então, a CAV não pode entrar em contato direto com a entidade para senão ela teria que fazer isso com todas as outras, em todos os outros aspectos. Então ela analisa exatamente o que é encaminhado como o projeto. No entanto, compete ao conselho, se houver dúvida, esclarecer a dúvida e nós pedimos a publicação sem o menor problema. Aí na próxima reunião, todos terão tempo para olhar a publicação e fazer uma avaliação mais concreta. Pergunto mais uma vez, nós deixaremos para a próxima reunião extraordinária?

**Orador não identificado:** Eu, por mim, voto hoje.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então vamos colocar em votação, aqueles que são pela votação nesta data do projeto, permaneça como está. Todos concordam? A Zania gostaria de avaliar melhor o livro. Temos dois votos pelo adiamento.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Nós temos a apostila, teve, inclusive, apostilas produzidas. A colocação que eu entendi muito bem da Miriam é assim, independente do conteúdo do livro a questão é o livro estar pronto, estar coerente com o plano de trabalho deles. Concordo que estamos votando um pouco no escuro, agora, não tão no escuro, porque o secretário colocou muito bem, é uma entidade unida com a UNESCO. Quer dizer, imaginando que o livro deles não tenha nenhuma questão filosófica que afete, a tal ponto que eu diga: “Pô, este livro aqui tem que jogar no lixo”, é o contrario, eu estou achando que este livro tem plenamente valores que estão dentro de valores do século XXI. Apesar de eu não estar lá e desconhecer estes valores do século XXI, disco voador, energia... adoraria ver como engenheiro, pretendo produzir, carro hidrogênio. Acho que a filosofia é essa, é isso que estou entendendo, acho que deve ser um livro assim: “Receba bem os cara do disco voador, apóie o hidrogênio”, imagino ser a filosofia do século XXI, estou imaginando que seja uma filosofia que não esteja dentro da cultura de paz, que não esteja coerente com o eco sistema. Então, apoiado nas palavras do secretário e pelo dado que tem 30 anos de existência uma entidade dessa, eu gostaria de colocar em votação. A minha proposta é por em votação e eu seria favorável.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Então fica adiada a votação, que será uma extraordinária, e nós incluiremos este projeto na próxima votação. Assim que conseguirmos uma publicação, um exemplar da publicação, nós comunicaremos os conselheiros para que possam ter acesso a este livro. Próximo projeto - Capacitação de Agentes Multiplicadores de uma Consciência Ambiental - CAMCA, instituição proponente - Instituto iBiosfera – Conservação e Desenvolvimento Sustentável, linha temática – educação ambiental, localização geográfica – São Paulo, duração do projeto – 10 meses, recurso solicitado – sessenta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais, considerações finais e conclusão da CAV: “O projeto apresentado



atende os critérios de seleção do FEMA, portanto é recomendado pela CAV”. Eu posso ler o objetivo do projeto para esclarecer melhor, objetivo do projeto: “Este projeto tem como objetivo capacitar 20 multiplicadores ambientais na região que compreende bairros localizados na subprefeitura de Jaçanã e Tremembé do município de São Paulo, através da aplicação de um curso de capacitação de agentes multiplicadores de uma consciência ambiental – CAMCA, que poderão após o curso desenvolver projetos sócio ambientais para atuarem em campanhas, eventos, gincanas e outros, em suas próprias comunidades, assim como em outras comunidades. Os participantes do projeto terão oportunidade de conhecer temáticas de educação ambiental como; ecologia, lixo, saúde, nutrição, sustentabilidade, qualidade de vida, ética, relações interpessoais, assim como desenvolver habilidades para lidar com produtos reutilizáveis e recicláveis para a confecção de artesanato, instrumentos musicais, peças de teatro, entre outras. Dentro deste contexto serão abordadas disciplinas que os incentive a buscar constantemente conhecimento e alternativa de trabalho, elementos esses necessários para desenvolvimento contínuo e sustentável de sua capacitação, o objeto deste projeto. Podendo-se proporcionar a estes a informação para ser informadores de opinião e posteriormente em educação ambiental”. Como já lido, a aprovação da CAV é pela aprovação. Há considerações?

**Conselheiro Sérgio Costa:** No comentário da CAV, o projeto identifica quem são os atores favorecidos, moradores estabelecidos a pelo menos 3 anos na região do Jaçanã e Tremembé, idade economicamente ativa, com estado eminente exclusão social, com ensino fundamental. Assim como designam quem serão os beneficiários, abrangendo dados sobre a população, escolaridade, tipo de ocupação, emprego e renda completa. Desta forma os dados estão completos e atendem o edital número 5. Ou seja, atende o edital tecnicamente e tem cursos no mercado, hoje, que são oito mil reais, um curso da Petrobrás para inspeção de dutos sai oito mil reais. Então, se ele irá qualificar, se é uma entidade séria, que tem esta qualificação, três mil reais de curso, acredito que seja um preço bom para ele sair, amanhã, sendo um bom agente ambiental, até porque se ele fosse fazer uma faculdade sairia muitíssimo mais caro. Então se é um curso rápido de 10 meses, dá uma boa contrapartida para a sociedade, eu acredito que valha a pena.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** É um curso de 10 meses, mas não é como uma faculdade, você tem aulas todos os dias, são algumas horas por mês, algumas reuniões.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais alguma consideração? Coloco então em votação o projeto - Capacitação de Agentes Multiplicadores de uma Consciência Ambiental – CAMCA, instituição proponente - Instituto iBiosfera – Conservação e Desenvolvimento Sustentável, aqueles que forem pela aprovação do projeto permaneça como está. Então, voto contrário do Luiz –SEMPLA. Então está aprovado com um voto contrário. Próximo projeto - Dedo Verde na Escola, instituição proponente - 5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, linha temática – educação sócio ambiental – sustentabilidade, localização geográfica – região oeste, distrito da Lapa e Vila Leopoldina, duração do projeto – 12 meses, recurso solicitado – noventa e oito mil, cento e doze reais e vinte cinco centavos, considerações finais e conclusão da CAV: “O projeto é compatível com o programa Carta da Terra, desenvolvido em parceria pela SVMA e SME, é oportuno e tem possibilidade de sucesso no alcance das metas propostas. Pelo exposto, o nosso parecer, o projeto atende os critérios de seleção do FEMA, portanto, é recomendado pela CAV”. Mais alguma consideração?

**Conselheiro Sérgio Costa:** A CAV vê uma coerência muito grande no projeto, inclusive porque ele está compatível com o programa Carta da Terra, e ela coloca em relação à entidade, que demonstra larga experiência, é uma instituição conhecida pela sua atuação em São Paulo. Quanto à questão de não haver a carta de escolas, eu imagino que hoje em dia... esta tem? Eu diria que hoje em dia tudo se tenta colocar no currículo escolar, se for procurar o MEC, procurar a Secretaria, é tudo, é transporte que querem colocar, saúde, os currículos dos meninos iam ficar o dia inteiro na escola. Obrigado.



**Secretário Executivo Rubens Borges:** Mais algum comentário? Só destacando, Luiz, as recomendações serão repassadas para a CAT e ela irá acompanhar o que foi solicitado pelo conselheiro. Coloco então em votação o projeto - Dedo Verde na Escola, instituição proponente - 5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental, aqueles que forem pela aprovação do projeto permaneça como está. Então, aprovado por unanimidade. Último projeto recomendado pela comissão nós vamos discutir agora, e a proposta é que depois se discutisse os destaques. Alguns conselheiros estão com compromisso, mas eu acho que em respeito à entidade Ciranda Comunidade e Cidadania, que aguarda desde o início da reunião, eu acho que poderíamos colocar em pauta pelo menos este projeto em especial, todos concordam?

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Eu volto a colocar aquela questão que, na verdade, nós vamos discutir uma consideração da entidade a partir...

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Não, não. Nós iremos discutir o projeto e o destaque, se eventualmente a palavra for concedida para a entidade, a entidade poderá se manifestar, mas aí fica a critério do conselho. Vamos ao último projeto recomendado, projeto - Circuito de Educação Ambiental do Parque Luis Carlos Prestes, instituição proponente – Instituto de Projetos e Pesquisa Sócio Ambientais - IPESA, linha temática – educação ambiental, localização geográfica – São Paulo, duração do projeto – 12 meses, recurso solicitado – setenta e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e três centavos, considerações finais e conclusão da CAV: “Como o proponente atendeu todas as exigências do edital, esta, a CAV, entenderem que o projeto tem todas as condições de ser viabilizado, recomendamos que seja aceito”. Vou ler o objeto do projeto para esclarecer melhor: “O objetivo do projeto, sensibilizar, mobilizar e capacitar para o entendimento e apropriação de conceitos e práticas de sustentabilidade em áreas urbanas para a população que residem, trabalha, estuda ou transita no entorno do Parque Luis Carlos Prestes, subprefeitura do Butantã, distrito do Butantã, através da formação de um circuito de educação ambiental no parque”. Há considerações?

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** Interessante o usuários do parque, aparentemente eles colocam alunos de escolas que freqüentam o parque, têm atividades no parque. A única questão que eu colocaria para a CAT observar, caso ele venha a ser aprovado, é a questão dos subprojetos propostos, que me parecem ser muito interessantes na estrutura que foi organizado, eles têm um caráter, também, participativo que já prevê alteração, mas que possa esta estrutura que está colocada, já, a priori, realmente, apontar direções aos trabalhos, para que ele não mude muito. Nós entendemos que a participação levará a outros caminhos que serão em função dos usuários que estarão envolvidos nesta capacitação, nesta oficina que eles realizarão. A estrutura colocada no projeto é realmente bem interessante.

**Conselheira Miriam:** Eu gostaria de saber se os proponentes que estão aqui presentes, se o resultado deste trabalho com pessoas será favorável, será registrado?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Dona Miriam, na verdade o que estamos discutindo é o último projeto que foi recomendado pela CAV. Em seguida nós discutiremos o projeto da entidade presente. Mais alguma consideração? Nenhuma. Então colocando em votação o projeto - Circuito de Educação Ambiental do Parque Luis Carlos Prestes, instituição proponente – Instituto de Projetos e Pesquisa Sócio Ambientais - IPESA, aqueles que são favoráveis pela aprovação do projeto permaneça como está. Então, projeto aprovado por unanimidade. Agora, conforme decisão do conselho, nós colocamos em discussão o destaque, em especial da entidade Ciranda Comunidade e Cidadania que se encontra presente. Projeto - Áreas Públicas: Buscando Novos Espaços Verdes e de Lazer para a Comunidade, instituição proponente - Ciranda Comunidade e Cidadania, linha temática – planejamento territorial, uso e ocupação do solo, localização geográfica – distrito de Santo Amaro, duração do projeto – 12 meses, recursos solicitados – oitenta e oito mil, novecentos e cinquenta e nove reais, considerações finais e conclusão da CAV: “Apesar do projeto apresentar coerência interna na perspectiva de gestão de áreas públicas, não apresentou



consistência em educação ambiental, já que não há atividades previstas eminentemente educativas para um público focalizado. Caso o edital fosse para apresentação de propostas de gestão ambiental territorial, este projeto manteria coerência entre o solicitado e o proposto, infelizmente não é este o caso. Pelo exposto neste parecer, o projeto não atende os critérios de seleção do FEMA, portanto, não é recomendado pela CAV". Há alguma consideração?

**Conselheira Miriam:** Eu gostaria de ouvir os proponentes que estão aqui presentes, as informações mais detalhadas a respeito da proposta, para que se possa fazer avaliação melhor.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Como neste caso a palavra seria aberta à entidade, eu pergunto ao presidente, está bem? Então, com a palavra Cristina Antunes, representante da entidade.

**Cristina Antunes:** Eu agradeço, em nome da entidade, a possibilidade de fazermos a argumentação, e a disposição dos conselheiros de continuar com mais 10 minutos para chegarmos ao final deste assunto. Eu quero dar os parabéns ao Luiz, eu sou ex-conselheira, eu sei o esforço que precisa para estarmos a par para acompanhar todos os processos, eu acho que não é à toa que você tem tantas considerações tão objetiva com relação ao parecer da CAV. Este de repente não é o momento, nem os que estão aprovados, nem os que estão rejeitados, eu acho que é muito importante que haja esta reflexão por parte dos conselheiros. Eu quero colocar também, da parte da Ciranda, nós ficamos extremamente entusiasmados, porque depois de 3 editais, finalmente apareceu um edital aberto a outros assuntos, que não só os destinados às águas. Chamando a atenção para o esforço que demanda a elaboração de um projeto, porque todos estes que estão indicados pela CAV como rejeitados, eu acho que certamente mereceria uma atenção deste conselho na reconsideração. E outro aspecto, Luiz, que eu coloco como uma contribuição de ex-conselheira e de entidade, precisa haver o resultado de reconsideração. Depois de um ano e meio nós ...o primeiro edital que sai e elimina esta possibilidade, eu acho que é um prejuízo tanto para as entidades, como para o Fundo. Quando viemos aqui, nós nos comunicamos com a Secretaria durante este período, eu estava me sentindo, fazendo uma coisa ilegal, de estar aqui solicitando espaço para defesa do nosso projeto, e percebi que não é previsto isso, isso me surpreende... (trecho incompreensível) ...transparência muito grande desde o momento que o processo está em CAV, isso acontece... Eu não vejo o porquê neste Fundo não devia acontecer também. Ninguém está desprezando o projeto nenhum, a CAV é uma entidade que está dando um parecer, muitas vezes, com pouca informação realmente, e como o Luiz mencionou, com algumas deficiências recentemente, e eu vou apontar algumas delas nesse nosso documento, que eu espero que nós possamos contribuir para a aprovação deste projeto. Nós, realmente, esperamos que este projeto seja aprovado. Nós produzimos o documento questionando item por item das alegações da CAV. A principal questão é a leitura do nosso projeto, embora o título dele seja voltado para recuperação de áreas públicas, que tem a ver com o que diz o edital: "projetos que visem o uso racional, sustentável de recursos naturais ao controle, a fiscalização, a defesa e a recuperação do meio ambiente e ações de educação ambiental". Então, como nós estamos rigorosamente dentro do foco deste edital, a menos da leitura que foi feita de educação ambiental, que o nosso caso não está colocado como ...projetos de educação ambiental em uma população de baixa renda ou (trecho incompreensível) ... em bairros mais estruturados, mas ainda assim voltados para baixa renda. O público alvo deste projeto é, sim, população de alta renda, são estes daqui que, saiu hoje no jornal, que invadem áreas públicas, jogam esgoto e se comportam de uma maneira incivilizada, que realmente tem uma percepção de que a cidade lhes pertence. O trabalho que nós desenvolvemos foi baseado na história da Ciranda de tentativa de intervenções na região que é povoada por este tipo de morador. São Paulo é, sim, a população de alta renda, o benefício é do entorno todo. Por uma questão geográfica, nós vimos que o benefício à comunidade dos bairros onde serão feitas as pesquisas e aos usuários as prestadoras de serviços, mas o benefício é para a cidade inteira. Se nós conseguirmos emplacar o projeto que tenha uma metodologia, a metodologia explica isso, a metodologia voltada para a população de alta renda, que se supõe instruída, mas que não tem a sensibilidade do que significa o público e o privado, e que ocupam áreas públicas, calçadas, fecham ruas para incorporá-las aos seus próprios imóveis e outras barbaridades acontecem em todos os bairros, só que nós só temos olhos para a população de baixa





renda, é o pessoal dos mananciais que invadem, ocupam, não sei o quê, todos os projetos educacionais são pensados para esta população. Nós temos nossos bairros, uma população rica, instruída, com alto poder aquisitivo, com alto nível de instrução acadêmico, e que continua sendo, em grande parte, insensível a este problema, com isso gera problemas tão graves como os da periferia, de enchentes, desmatamento, de ocupação ilegal, só que não existe um trabalho voltado para ela. O status dele é priorizar as ações, priorizam-se as ações voltadas para a população mais carente. As entidades não têm que se limitar a isso, as entidades podem dar uma contribuição maior, justamente, para este público que vai fazer diferença, porque às vezes lá tem uma visibilidade muito grande na região e que não é contemplada por estas ações de entidades que trabalham na periferia. Em cada um destes itens aqui, eu anotei, o projeto de educação ambiental deve despertar e desenvolver conceito, apresentar instrumentos e propiciar. É exatamente o que está incluído na nossa metodologia, nós não vamos fazer oficinas para juntar as pessoas e falar de reciclagem, nós vamos fazer seminários de discussão de conceito de ocupação de espaço público e privado, é esse o foco deste trabalho. Nós entendemos que foi esta dificuldade, da CAV, um meio de identificar o componente de educação ambiental do nosso trabalho. Nós reconhecemos que talvez devesse ter explicitado isso de uma maneira mais óbvia na proposta original. Nós colocamos isso na metodologia, mas isso aqui está claramente embutido no desenvolvimento do projeto inteiro. Nós temos a população alvo, e que seria...imaginar que seja ela beneficiária, A consequência deste projeto será a ação do estado em cima destes moradores que estão ilegais, estão ilegais. Então esta questão da leitura do componente educacional, nós entendemos que foi o que pesou mais para a CAV não recomendar o projeto. Então, nós queremos enfatizar esse aspecto, essa metodologia educacional que é voltada para o público diferenciado, que normalmente não é visto como um aprendiz de educação ambiental. Outra questão, a lei de fundamentos metodológicos está explicitado. Na questão de internas, nós falamos das questões das áreas invadidas e como isto no instrumento para este processo de educação ambiental, sem que identifiquemos estas áreas invadidas nós não identificamos qual a população que as invadiu. Portanto, é fundamental nesta primeira etapa, e esta etapa terá consequência nos subprojetos. Ao identificar esta população nós vamos tratá-la como aprendiz de um projeto de educação ambiental, mas também como invasores, eles são invasores, eles são ilegais. E isso tem de ser visível para toda a população dos bairros que serão desenvolvido o projeto. Há questionamentos que realmente nós não entendemos, por isso nós até tentamos ver se era possível entrar em contato com a CAV. Questiona o conhecimento da região, não está claro a origem deste questionamento para nós, nós atuamos na região há muitos anos, temos um conhecimento profundo da região, participamos diretamente da elaboração de plano diretor, a discussão de inúmeros projetos ambientais, de infra-estrutura, nós damos subsídios a diversas secretarias para atuar na nossa região, atuamos diretamente, na recuperação de áreas que nem a prefeitura sabia que era pública, como o Parque do Cordeiro, em parte do Parque do Alto da Boa Vista. Portanto, nós não entendemos o porquê a CAV faz uma leitura de que a entidade não tem conhecimento da região. Da mesma forma o conhecimento das características da população alvo. É a nossa população, é a população com a qual a Ciranda trabalha desde a criação. E fazem parte da Ciranda entidades compostas por moradores que vivem há décadas na região. Então, esta parte de conhecimento, todas as ações da Ciranda incluem a população alvo, esta população alvo diretamente e a população que será beneficiada, nós entendemos que a população dos bairros ...mais uma vez não ficou clara a origem deste questionamento, de onde saiu este entendimento de que a Ciranda não conhece a população alvo? Que está claramente demarcada, delimitada neste projeto. A abrangência e quantificação do público, nós colocamos que o projeto imediações dos córregos e de vias específicas que serão... são projetos específicos, nós vamos trabalhar ao longo de três avenidas, de ou vice versa, e não está claro se esta informação que a CAV gostaria de ter se refere ao número de pessoas diretamente beneficiada ou a população que. De qualquer forma, qualquer que seja o caso, é absolutamente simples quantificar, o senso demográfico... se for uma questão de quantificar, isso aqui nos parece muito democrático, mas é perfeitamente possível fazer, se essa informação daríamos prontamente. Com relação ao orçamento compatível, os recursos estão todos detalhados na planilha, nós revisamos isso diversas vezes, não tem um único item que fuja das exigências do edital, eles prevêm a realização do seminário e encontros que são a metodologia que será utilizada no projeto, pesquisa de campo, pesquisa fotográfica, consultas a cartórios, então todo este material está detalhado na planilha. A CAV alega que a entidade colocou como material permanente na planilha, não tem um único material permanente, não tem. Até nós participamos de outros processos (trecho incompreensível) ...é uma atenção específica que nós temos, e nós não



encontramos um único item de material permanente nesta planilha. Com relação em experiência em projetos de educação ambiental, o projeto que mencionamos, nós apresentamos como exemplo, não está realmente, projeto completo, ...com os interesses da CAV diferença dos outros conselheiros, teremos um enorme prazer em apresentar o projeto, que é na verdade um catatau, mas podemos providenciar em copia CD, qualquer coisa assim. Com relação à qualificação da equipe, nós concordamos com a CAV nesta exigência, nesta postura da CAV, do que é um projeto de educação ambiental, como eu já falei, o nosso caso tem uma metodologia diferenciada, não é voltada para a população de baixa renda, mas se isto for alguma condição para aprovação, nós vamos colocar uma educadora ambiental ...na secretaria inclusive, que trabalhará conosco, inclusive com uma participação, contribuição paralela para que não tenhamos que mexer na planilha de custos, está certo? E nós adequaríamos este formato ao. Só para chamar a atenção para esta metodologia diferenciada, a Camila já nos mandou uma proposta de projetos de educação ambiental, que não é com o foco para a população que nós temos, entendeu? Nós não estamos fazendo capacitação de ninguém, nós não estamos pegando uma população que precisa desta capacitação, é um trabalho muito mais de conscientização e esclarecimento, do que de capacitação ou informação de educadores ambientais, não é este o foco deste projeto. Eu entendo que isto tudo tenha causado estranheza, o secretário mencionou a estranheza que causa um projeto de segurança cujo foco final é a conservação ambiental, neste caso o processo educativo não é o mesmo que se faria através de projetos que tem oficinas, que discute a questão da água, é outra abordagem, é uma abordagem voltada para uma situação real, consistentemente, replicadas em nossos bairros. Acontece consistentemente, pego nossos bairros como exemplo do que acontece em inúmeras outras áreas da cidade. Neste conceito atende capacitação, eu acho que merece uma discussão, porque capacitar no sentido previsto nos projetos de educação ambiental convencionais é uma coisa. Capacitar uma população como esta ...educacional, ou com um dos NH mais altos da cidade, tem que ter uma interpretação diferente. Nós lamentaríamos muito se, por conta desta leitura do que seria a educação ambiental, nós perdêssemos a oportunidade de executar este projeto, pelo qual nós esperamos há muito tempo, ...subprodutos extremamente importantes, inclusive do ponto de vista ...pq nós vamos reunir eventos para tudo isso. ...certamente isso tudo será, como nós fizemos em outros projetos. Neste momento a subprefeitura está usando material de outro projeto que nós desenvolvemos para fazer mapeamento de limpeza de galeria e de limpeza de córregos, que foi até uma contribuição importante das entidades para a administração pública, e que nós fazemos usando recursos públicos, que existe para favorecer a participação da sociedade civil. Entre todos os aspectos, até ...pq determinadas interpretações que foram feitas pela CAV, em todos estes aspectos, ainda que houvesse, eu reconheço, nós não havíamos colocado educador ambiental, se nós tivéssemos formalmente a oportunidade de esclarecer, complementar as informações, isto aqui, realmente, contribuiria muitíssimo ...os próprios conselheiros não terem de ficar aqui o dia inteiro fazendo especulações. Então, eu reitero o nosso agradecimento pela possibilidade de dar estes esclarecimentos, acho que este instrumento para a participação das entidades proponentes em uma reunião do conselho antes da aprovação ajudaria muito na agilidade. E como ex-conselheira me atrevo a propor que vocês considerem esta mudança de conluio. Em outros institutos de financiamentos isto acontece e é extremamente saudável. Eu agradeço mais uma vez a possibilidade de argumentar o nosso projeto, fico absolutamente à disposição de vocês para algum esclarecimento que ainda tenha passado. Obrigada.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Obrigado Cristina.

**Conselheira Miriam:** Eu queria reiterar esta disposição da Cristina quanto ao uso dos espaços públicos por pessoas de alto nível cultural, educação e tudo mais. Eu sou vice-presidente do bairro dos Jardins, e há muitos anos nós estamos abrindo processos de moradores de alta renda que, simplesmente, no bairro do Jardins que tem o ajardinamento nas calçadas, às vezes, formando uma esquina total, e simplesmente mudam a grade da casa e passa para dentro o jardim, o jardim público, a calçada verde. No caso das ruas comerciais, (trecho incompreensível) ...eles simplesmente usam as calçadas, estas esquinas, inclusive, como vitrines, expõem moveis, automóveis que é uma constante na avenida Europa. E não se falava das firmas que fazer acordo com a prefeitura de preservação de praça e que se julgam bons na praça. Então,



eles não levantam a opinião dos moradores se querem um bom equipamento ou não, e vão pondo, para depois justificar a extorsão que eles fazem, firmas, que estão localizadas no bairro, até de grandes firmas em nome da praça. Na realidade seria um caso muito claro de estelionato, que é coisa muito difícil de se provar. Isso são muitas realmente as queixas, os casos, que nós exigimos, inclusive, a presença da administração pública para poder resolver, e muitas vezes até da promotoria pública. A Cristina tem toda a razão de levantar esta questão. E nós somos os primeiros candidatos, Cristina, para ... e a formatação que vai ser usada. Eu gostaria de deixar aqui também a minha admiração pela Cristina como coordenadora do Parque, em que ela organizou grandes discussões, inclusive sobre a água subterrânea e coisa muito importantes. Uma outra coisa, no bairro a quantidade de garagens subterrâneas é enorme, está aumentando, e a água que corre, considerada água, que corre à noite, muitas vezes durante o dia pelo meio fio das calçadas, jorrando pra fora, desperdiçando a água dos lençóis freáticos é enorme, está muito difícil situar essa forma de desperdício dentro as leis que existem para o lençol freático. Obrigada.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Obrigada dona Miriam. Cristina, você sugeriu uma mudança de metodologia de trabalho do conselho, da secretaria em si, fica difícil nós consultarmos todas as entidades e apresentar os questionamentos dos projetos, ou discutir com as entidades. Neste edital, por exemplo, nós avaliamos 50 projetos em pouco menos de 2 meses, em paralelo nós estamos avaliando os projetos do edital número 4 e trabalhando em paralelo com o edital número 6, assim por diante. Então, praticamente impossível. Por outro lado, eu não conheço o funcionamento de todas as instituições de financiamento ambiental, mas o de Fundo Nacional, que conhecemos um pouco mais profundo, nós sabemos que encaminhamos o projeto e só tem a resposta do parecer se é aprovado ou reprovado, mas sequer temos acesso ao relatório. E nós adotamos um procedimento de divulgação deste relatório da CAV, para que a entidade tenha conhecimento de onde foram os pontos que eles deixaram de atender o edital, ou que teve algum problema, para poder corrigir e apresentar em um próximo edital, ou no mesmo quando assim o permite. Então, nós não fazemos esta consulta, até para que a CAV trabalhe de uma forma autônoma, tenha as suas próprias opiniões, as suas próprias discussões em cima dos projetos e que trate todas as entidades da mesma forma, com os mesmos direitos.

**Conselheiro Sérgio Costa:** Eu até quero elogiar a presença da Cristina aqui, eu tive a honra de ser conselheiro junto com ela na gestão passada, é sempre salutar tê-la presente aqui, nós aprendemos muito, ela é muito dedicada. Mas em relação a este projeto, eu até estava colocando para ela no início da reunião, esta marcação feita a um proprietário de alto poder aquisitivo invasor de áreas públicas, me parece que esquece o proprietário de alto ou de médio poder aquisitivo invasor de área pública. Eu vejo que qualquer invasor de área pública ou privada é uma pessoa que deve ser fiscalizada e se provado que ele está errado, tem lá os seus custos a pagar, a devolver à sociedade porque ele invadiu. Eu não consigo entender esta diferenciação de alguém pode, alguém não pode. Na forma da lei, pra mim, invadiu está errado, eu não consigo ver de uma outra forma um cidadão desse. É a mesma coisa, eu tenho uma cerca no quintal, vem um cidadão, por um motivo ou por outro, independente de ser milionário ou se ele é pobre, ele dá um jeito e toma um pedaço da minha cerca, eu não consigo ver. Eu acho que um país sério que tem a proposta, como o Brasil, de ser um dos maiores do mundo e está junto dos primeiros países do mundo, não pode ter esta anuência de alguém pode invadir, alguém não. Apesar de ser uma filosofia barata, é assim que eu penso. A questão do seminário para atingir o público invasor, eu imagino montar um seminário dizendo assim: "nosso público alvo é de gente que invadiu", este oportunista, eu duvido, que ele apareça neste seminário. Eu acho que este seminário deveria ser feito, claramente, dentro da prefeitura ao fiscal. Então eu votaria este projeto aqui ao fiscal. Fiscalização significa fiscal mais ação, se ele não está trabalhando, se ele não consegue fiscalizar, não consegue me proteger publicamente de gente que está invadindo o que é nosso, tem algum problema na fiscalização. Mas aqui, claramente, eu acho que está sendo feita uma denúncia, eu acho que aqui não é um... Eu concordo plenamente com a CAV, este projeto em pauta não se enquadra em um conceito de educação ambiental, até porque não dá para educar uma pessoa que já invadiu, é que como um criminoso, ele está criminalizado, agiu errado, ele deve ser punido. Isso aqui, acho que, é uma denúncia, deve ser encaminhado ao Ministério Público ou deve ser encaminhado ao chefe de fiscalização deste bairro. Acredito que os fiscais devam ser chamados a



responsabilidade. E estas áreas que estão invadidas devem ser aberto processo administrativo. Eu não acredito que montar um seminário para falar para este proprietário de ocupação irregular de área pública vá solucionar a questão. Também se montar um banco de dados porque é área de ocupação com o particular vá ajudar. Eu imagino que o poder público tem essa obrigação, já deveria...

**Cristina Antunes:** (problema no áudio)

**Presidente Eduardo Jorge:** E como nós construímos este parque lá, eu tive até que penitenciar. Então não tem nada a ver. Eu queria ressaltar um aspecto público que eu acho importante, os Fundos Municipais, Estaduais e Federais de Meio Ambiente pelo Brasil a fora, o seminário que a Marina organizou o ano passado ficou praticamente parado. Então é uma coisa paradoxal, é uma área que não tem dinheiro e os Fundos não funcionam no Brasil inteiro. O nosso é um dos únicos no Brasil que está funcionando, de 2005 pra cá. Uma tarefa importante desse desbravamento dos Fundos que estão funcionando é estreitar estes laços com as entidades. Quando eu defendo entidades como Palas Athena, por exemplo, Instituto contra violência, FIESP e agora, a Ciranda também, é porque nós do poder público, principalmente vocês, temos uma chance de estreitar os laços com entidades que têm tradição, tem seriedade, tem experiência na área. Então, mesmo que seja projetos que se tenha dúvidas, que se tenha questões... (trecho incompreensível), tem uma questão maior que é esta, de como o poder público começa em uma área como esta estreitar os laços com entidades que tem tradição, experiência e vamos ajudar. Neste caso aqui eu resalto um aspecto que pode ser, como o Sérgio colocou, uma obrigação da prefeitura, por que a prefeitura não foi lá e pegou este terreno? Novamente vem o caso da prefeitura, quantos fiscais nós temos, a Secretaria do Verde, as subprefeituras? São pouquíssimos. Uma cidade de onze milhões de habitantes, com os problemas que temos de fiscalização, nós sabemos quais são. Se eu tenho uma entidade que quer entrar neste assunto e quer trazer, quer colocar de público, quer ajudar a prefeitura, até obrigar a prefeitura se mover, isso é bom para nós. É bom para nós, é bom que tenha uma entidade que tem coragem de reunir estas pessoas de alta renda e coloque a público que está havendo uma ilegalidade, isso irá obrigar a prefeitura se mexer, vai obrigar o Ministério Público se mexer. Só por este aspecto, para não entrar em outros, eu acho que nós deveríamos aprovar o projeto. Claro que deve ter problemas aqui, problemas ali, e o nosso sistema é muito formal nos impede de tirar algumas dúvidas, nós estamos apostando, neste caso apostando em uma entidade que tem tradição, capacitação, são 15, 18 entidades naquela região. Por isso que a secretaria é a favor, se eu puder votar, eu votaria a favor.

**Conselheiro Sérgio Costa:** independente do que acredito deste projeto, então tecnicamente a CAV é bem clara, o projeto em pauta não se enquadra no conceito de educação ambiental. Até porque este cidadão invasor, você educá-lo agora é meio complicado, eu não acho que ele vá para esta reunião. O público beneficiado é difuso, pois se imagina que se beneficiará diretamente trinta mil pessoas entre moradores e trabalhadores vindos de outros bairros, se eles estão vindo de outros bairros, estão invadindo neste bairro específico, não há no projeto estratégias pedagógicas. Quem sabe, se a Cristina puder nos explicar quais são as estratégias pedagógicas de envolvimento e reflexão desta população beneficiada? Porque eu acredito que a população beneficiada é o invasor, então esta população beneficiada, que é o invasor, ele vai deixar de ser invasor. E a meta apresentada, qual é o prazo que se espera que este invasor saia deste terreno sem processo judicial? Não se com projetos de envolvimento, reflexão e participação, ou seja, ele não vai se envolver, não vai refletir e não vai participar. Então eu acho que é por dinheiro em um negócio que não vai acontecer. Então, esse é o parecer da CAV, o comentário da CAV. Senhor Secretário, é tecnicamente que estou apoiado, o projeto apresenta coerência interna entre objetivos, subprojetos, metas e resultados, quais são estas metas? Quais são os estudos de projetos? Como engenheiro, nós precisamos saber, qual o subprojeto para sabermos o projeto? O seu objetivo é claro pra mim, é pegar o invasor e transformá-lo em não invasor. Então dentro deste prazo e com esta meta nós temos que ter um projeto. Eu acredito que a Ciranda consiga uma coisa dessa, eu acho que realmente vamos replicar para o mundo. Eu acho que se nós conseguirmos trazer o invadido a se transformar em não invadido, e o invasor se transformar em não invasor, será... Eu acho que a solução está além do capitalismo, além de todas as coisas que nós acreditamos é um novo século XXI.

**Conselheiro Luis – SEMPLA:** (problema no áudio)





**Cristina Antunes:** (problema no áudio)

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Obrigado Cristina. Passarei agora para votação do projeto – Identificação de áreas públicas que possam ser colocadas à disposição da comunidade para implementação de espaços arborizados – Ciranda Comunidade e Cidadania, aqueles que forem favoráveis pela aprovação do projeto permaneçam como está. Nós temos 3 votos a favor, 2 contras – Sérgio Costa e Luiz – SEMPLA. Então o projeto está aprovado, apesar dos comentários, dos esclarecimentos, ficou 3 votos a 2. Só um comunicado, nós temos disponibilidade da sala para o dia 23/09 para a reunião extraordinária, eu gostaria de ter a confirmação ou não de todos os presentes, para que possamos dar continuidade aos outros projetos, dia 23 às 9:00 aqui, nesta sala. Nós tentaremos trazer a apresentação da EMURB com relação ao projeto da subprefeitura e terminamos de discutir os outros projetos.

**Presidente Eduardo Jorge:** Uma questão de ordem, eu tenho recebido reclamações, eu queria que os nossos representantes de SF e SEMPLA nos ajudasse, as entidades que nós aprovamos projetos tem reclamado que estão com a liberação travada por causa daquele tal decreto de maio não sei das quantas, primeiro tem o decreto, depois a regulamentação A, B, C e por aí vai, e as entidades estão sem receber. Eu queria ver se o nosso pessoal de SEMPLA e SF nos ajude nisso para poder fazer um cronograma para ver o que está faltando, porque senão irá acabar o ano, nós aprovamos e as entidades estão sem poder trabalhar, não é verdade?

**Secretário Executivo Rubens Borges:** O decreto e a portaria de SEMPLA e SF, eles estabelecem que deve haver uma contrapartida dos projetos, das entidades com relação aos projetos. A portaria diz que isso tem que ser de acordo com a LDO. A LDO não faz previsão do percentual de contrapartida. Então nós fizemos uma pergunta para SEMPLA e SF de qual deveria ser este percentual e se isso já vale para os projetos cujo edital já tinha sido lançado sem a exigência desta contrapartida. Por conta disso nós não conseguimos a resposta ainda, nós estamos passando para o nosso jurídico também para saber se isso vale para os projetos que já estavam na rua, o edital já estava na rua, ou não. Então existe este impasse e nós ano obtivemos ainda respostas da SF, da SEMPLA ou da Secretaria de Finanças, para que possamos exigir ou não exigir essa contrapartida. No caso do edital 4, desde 28 de maio, foi quando saiu este decreto, de lá pra cá não se assinou nenhum convenio deste edital. E do 5, agora, neste caso nós já temos contrapartida, já foi oferecido, neste caso dá para darmos continuidade. Mas a primeira fase do edital 4 está aguardando esta definição. É o bendito do problema burocrático, para não cometer uma ilegalidade nós tivemos que paralisar o processo.

(problema no áudio)

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Eu passo por e-mail para você e para a conselheira Zania, quem puder ajudar nós agradecemos.

**Conselheiro Sérgio Costa:** eu quero dizer aos senhores que quando evoluímos com estas duas etapas de cada edital é em função de problemas que nós contatamos. Na época foi a primeira vez e todos nós éramos novos, aprendemos, foi um aprendizado muito bonito que nós levamos para o FEMA, para o FNNA, sempre como exemplos lá, pela seriedade da equipe. Eu costumo apoiar a CAV porque devo sempre essa seriedade. Nós somos referência no Brasil. E neste processo de aprendizado, eu gostaria que continuasse estas duas etapas em todos os editais, porque é natural nós pegarmos entidades, uma ONG, um que nem sempre tem grandes profissionais envolvidos, é pessoa da população. É uma discussão que já fizemos N vezes. Os conselheiros novos chegando aqui terão esta mesma dificuldade que já tivemos. A vantagem de estamos mais tempo na casa é poder não ter que rediscutir as coisas já discutidas. Então nesta questão eu gostaria de ver os novos editais sempre com dois processos, porque essa rapidez de aprovar, teoricamente todos deveriam de ser aprovados. E os desaprovados hoje? Essa é a grande verdade. Esta questão de abrir a palavra a uma entidade e a outra não, isso as outras entidades podem contestar. Particularmente, quando eu fiz esta proposta de nós votarmos em bloco as que estavam rejeitadas foi em cima de uma coerência. Não gostaria que nenhum dos senhores levasse as



**Prefeitura do Município de São Paulo**  
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente  
Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

---

minhas questões como pessoais, eu sou um homem público desde que me conheço por gente, as minhas posturas assino embaixo, tal dos meus filhos dizer que falei na escola, costumo ser com as minhas atitudes. Só não gostaria que ninguém tomasse a minha postura, dentro dos conselhos que eu participo, como postura pessoal do Sérgio Costa. Saindo daqui irei conversar com o presidente do instituto de engenharia, das questões colocadas aqui, porque acredito que o CONFEMA é uma grande luta, Senhor Secretário, inclusive da Secretaria do Verde, eu ajudei nesses 3 anos que estou aqui a fazer o CONFEMA um pouquinho melhor apoiado por estas pessoas técnicas que me ensinaram muito. Então eu gostaria de ver o CONFEMA não tomando as minhas questões como pessoais, que fosse sempre em duas fases para que possamos ter uma análise mais pormenorizada de cada processo. Agradecendo a presença de todos, muito obrigado.

**Secretário Executivo Rubens Borges:** Agradecendo a presença de todos, em especial das pessoas que ficaram até mais tarde. Do por encerrada a reunião. Obrigado.